

**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Paulo Amaral Soares

**Do controlo de autoridades da União Europeia:  
contributo para a normalização e implementação  
de registos de autoridade na BNIE**

Relatório de Estágio de  
Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação

Lisboa  
2009



Relatório de estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia, realizado sob a orientação científica do Prof. Doutor Luís Nuno Espinha da Silveira e da Dra. Rosa Galvão.



Declaro que este relatório de estágio é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

Lisboa, de de 2009

O candidato,

---

(Paulo Amaral Soares)

Declaro que este relatório de estágio se encontra em condições de ser apresentado a provas públicas.

Lisboa, de de 2009

O orientador CID,

---

(Prof. Doutor Luís Nuno Espinha da Silveira)

A orientadora CID,

---

(Dra. Rosa Maria Galvão)

## Agradecimentos

A elaboração deste relatório não foi um acto isolado, do nosso foro intelectual e físico, para o seu bom desenvolvimento muitas pessoas contribuíram de forma decisiva com a sua orientação, com os seus conselhos, com a sua amizade e carinho, ou apenas com palavras de apoio. Por isso, de forma directa ou indirecta, também a essas pessoas se deve uma parte substancial do mérito deste trabalho. Neste âmbito gostaríamos de agradecer, porque é justo e merecido, em particular, a colaboração das seguintes pessoas:

- ao Prof. Doutor Luís Nuno Espinha da Silveira pela disponibilidade com que aceitou ser orientador deste relatório;
- à Dra. Rosa Galvão pela preciosa orientação, disponibilidade, conselho e experiência profissional com que nos favoreceu no decorrer das sessões de acompanhamento e supervisão;
- ao Dr. Helder da Rocha Machado, Director do CDEULL, que se disponibilizou para nos receber e fornecer todo o apoio, colaboração e orientação necessários para a recolha das informações e materiais para a elaboração do estágio e deste relatório.
- à Beatriz, apenas por existir;
- à Ana, por todo o amor;
- ao Helder, por tudo, pelo carinho, pelas constantes palavras de incentivo e, sobretudo, pela amizade;
- à Ana, à Rita, à Daniela, à Susana e ao Pedro, pelas várias conversas de apoio e de solidariedade, pelo companheirismo e pela amizade.

## Resumo

O relatório aqui apresentado foi desenvolvido em cinco capítulos. No primeiro capítulo fez-se a introdução ao tema, bem como a sua justificação, a problemática abordada e as metodologias adoptadas. No segundo capítulo foi feito o enquadramento institucional da instituição hospedeira, a tipologia do seu fundo documental, e que serviço presta aos seus utilizadores. No terceiro capítulo desenvolvemos a revisão da literatura normativa e específica, tentando, por um lado, enquadrar a temática com os principais documentos nacionais e internacionais que estipulam normas e recomendações a seguir, por outro lado, tentou-se, através de leituras de documentos elaborados por especialistas da área, perceber qual a importância para as bibliotecas e para os seus utilizadores do controlo de autoridades e dos registos de autoridades. No quarto capítulo foi enumerado um conjunto de especificações para a construção dos registos de autoridade: qual o alcance e o nível de exaustividade; quais as fontes de referência e de consulta a utilizar; recomendações para a escolha do ponto de acesso autorizado; como preencher as etiquetas Unimarc nos registos de autoridade; quais as entradas de autoridade de autor-colectividade da União Europeia. Por fim, no capítulo cinco demonstrámos a importância da gestão do controlo dos registos de autoridade, através da definição de um gestor de autoridades, a metodologia a desenvolver para essa gestão e, consequentemente, especificámos as operações de gestão e as operações de manutenção do catálogo de autoridades.

## Palavras-chave

Controlo de autoridades

Catálogos colectivos

União Europeia

---

## Sumário

Agradecimentos .....	I
Resumo .....	II
Palavras-chave .....	II
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....	V
1. Introdução .....	6
1.1. Justificação e problemática .....	6
1.2. Metodologia .....	8
2. Enquadramento institucional .....	10
2.1. Apresentação do CDEULL .....	10
2.1.1. Fundo documental .....	10
2.1.2. Processamento e tratamento documental da informação .....	11
2.1.3. Serviços prestados .....	11
2.2. A Rede Portuguesa de Centros de Documentação Europeia .....	12
2.3. A Base Nacional de Informação Europeia .....	13
2.4. Realização e duração do estágio .....	14
3. Revisão da literatura .....	15
3.1. Literatura normativa .....	15
3.2. Literatura específica .....	19
4. Especificações para a construção de registos de autoridade no âmbito da BNIE .....	21
4.1. Alcance e exaustividade do controlo de autoridades .....	21
4.1.1. Alcance do controlo de autoridades .....	21
4.1.2. Nível de exaustividade do controlo de autoridades .....	21
4.2. Fontes de referência e de consulta .....	23
4.3. Codificação dos registos de autoridade .....	24
4.3.1. Recomendações para a codificação de registos de autoridade .....	24
4.3.1.1. Escolha do ponto de acesso autorizado .....	24
4.3.1.2. Preenchimento das etiquetas Unimarc .....	25
4.3.1.3. Visualização no módulo de pesquisa dos registos de autoridade ...	29
4.4. Entradas de autoridade da União Europeia .....	31
4.4.1. Instituições, órgãos e agências da UE .....	31

4.4.2. Metodologia de elaboração da lista alfabética com as entradas de autoridade e as entradas de referência .....	36
<b>5. Gestão dos registos de autoridade.....</b>	<b>38</b>
5.1. O gestor de autoridades .....	38
5.2. Metodologia da gestão do catálogo de autoridades .....	40
5.2.1. Operações de gestão do catálogo de autoridades .....	41
5.2.2. Operações de manutenção do catálogo de autoridades.....	43
<b>Conclusões e recomendações .....</b>	<b>46</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>52</b>
<b>Lista de figuras .....</b>	<b>57</b>
<b>Lista de tabelas .....</b>	<b>58</b>
<b>Apêndices .....</b>	<b>i</b>
<b>Apêndice 1. Esquema geral das instituições, órgãos e agências subordinadas à União Europeia.....</b>	<b>ii</b>
<b>Apêndice 2. Esquema geral das entidades (agências, direcções-gerais e serviços) subordinadas ao Parlamento Europeu .....</b>	<b>iv</b>
<b>Apêndice 3. Esquema geral das entidades (direcções-gerais, serviços e representações) subordinadas à Comissão Europeia .....</b>	<b>vi</b>
<b>Apêndice 4. Forma das entradas das colectividades-autor utilizadas pelos CDE nacionais.....</b>	<b>viii</b>
<b>Apêndice 5. Lista alfabética com as entradas de autoridade e as entradas de referência .....</b>	<b>xii</b>
<b>Apêndice 6. Formulário de proposta de alteração do registo de autoridade .....</b>	<b>xliv</b>
<b>Apêndice 7. Processo de criação e controlo de registos de autoridades ..</b>	<b>xlvi</b>
<b>Apêndice 8. Organograma do Portal do Conhecimento com a página da Intranet relativa às autoridades .....</b>	<b>xlvi</b>
<b>Apêndice 9. Exemplo de registo de entrada de autoridade completo .....</b>	<b>i</b>
<b>Apêndice 10. Relatório de ocorrências de problemas detectadas na estrutura da base de autoridades do Aleph .....</b>	<b>liv</b>



## Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

BNIE	Base Nacional de Informação Europeia
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
CDE	Centro de Documentação Europeia
CDEULL	Centro de Documentação Europeia da Universidade Lusíada de Lisboa
CE	Comissão Europeia
DRM	Digital Rights Management
FRAD	Functional Requirements for Authority Data
GARR	Guidelines for Authority Records and References
IFLA	International Federation of Library Associations
OPAC	Online public access catalog
PE	Parlamento Europeu
RPC	Regras Portuguesa de Catalogação
RPCDE	Rede Portuguesa de Centros de Documentação Europeia
RPCE	Representação em Portugal da Comissão Europeia
SPOCE	Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias
UE	União Europeia

## 1. Introdução

O estágio efectuado no Centro de Documentação Europeia da Universidade Lusíada de Lisboa (CDEUL) teve como assunto o controlo de autoridades da União Europeia (UE) e o objectivo de contribuir para a normalização e para a implementação de registos de autoridade de obras de colectividade-autor da responsabilidade da UE na *Base Nacional de Informação Europeia* (BNIE).

O estágio visou, portanto, a normalização dos registos de autoridade e a implementação do ficheiro de autoridades na BNIE. O campo de análise foi delimitado pelo controlo de autoridades das instituições, órgãos e agências da UE enquanto colectividades-autor. De acordo com isso, estão estipulados os seguintes objectivos específicos: 1) estabelecimento dos procedimentos normativos para a elaboração dos registos de autoridade, com um exemplo prático de um registo de autoridade completo; 2) organização de uma lista alfabética controlada com os principais pontos de acesso autorizados e pontos de acesso variantes correspondentes; 3) caracterização da metodologia e definição das características que o gestor de autoridades deve ter no âmbito da sua função.

### 1.1. Justificação e problemática

A criação da *Base Nacional de Informação Europeia* (BNIE), pela actual coordenação da Rede Portuguesa de Centros de Documentação Europeia (RPCDE)<sup>1</sup>, teve como principal objectivo a disponibilização de conteúdos portugueses e em português em formato digital<sup>2</sup>. No entanto, o processo de integração dos vários catálogos veio evidenciar a falta de consistência dos procedimentos de catalogação e dos pontos de acesso a controlar. Para combater essa falta de consistência<sup>3</sup> e para que o sucesso da base seja uma

---

<sup>1</sup> Exercida em conjunto pelos CDE da Universidade Lusíada de Lisboa e do Instituto Nacional de Administração.

<sup>2</sup> Os conteúdos referidos são, essencialmente, dissertações e teses sobre a UE, legislação e jurisprudência ainda não disponível em formato digital.

<sup>3</sup> A falta de consistência referida pode ser comprovada através do resultado das pesquisas efectuadas aos webOPAC dos CDE (*vide* Apêndice 4).

realidade é necessário estabelecer princípios e critérios unívocos no tratamento da informação, para que, por um lado, a recuperação da informação se processe da forma mais transparente possível e sem ruído, e, por outro lado, para que os custos relacionados com o tempo dispendido pelos vários CDE no tratamento da informação possam ser efectivamente reduzidos.

Parte do problema deve-se ao facto de não estarem estabelecidas as formas autorizadas<sup>4</sup> para as entradas das instituições da UE, a única tentativa de normalizar estas entradas foi feita por GALVÃO (1991), como é óbvio, depois disso já a União Europeia sofreu profundas alterações na sua estrutura, estabelecidas pela entrada em vigor dos tratados de Maastricht (1992), de Amesterdão (1997), e de Nice (2001). A outra parte do problema remete para a não utilização, ou para a utilização de forma muito simplificada, dos registos de autoridade e, conseqüentemente, para a não existência de um efectivo controlo de autoridades.

A escolha do objecto de estudo deste relatório de estágio justifica-se, também, pelo pouco desenvolvimento desta área em Portugal, ou porque o processo de construção dos registos de autoridades é moroso e complexo, o que o torna muito caro para os serviços ou, pelo facto de ser um trabalho muito técnico, não atrair os profissionais de informação e documentação.

A criação da BNIE implica um longo trabalho de normalização, uma vez que se esta não existir a recuperação da informação pode ser inexacta ou impossível. Sobre a normalização e o controlo de autoridades, JIMÉNEZ PELAYO (2002) sublinha:

«La normalización, la uniformidad de criterios es, por tanto, un requisito imprescindible, si queremos que el resultado de la recuperación responda realmente a los criterios de búsqueda aplicados, que son en definitiva la plasmación de las necesidades de información de los usuarios.

El mejor garante de esta normalización documental es el llamado *catálogo* o *fichero de autoridades*...»

---

<sup>4</sup> Vide Apêndice 5.

## 1.2. Metodologia

O presente relatório foi elaborado com base nos métodos crítico e demonstrativo de investigação científica. De acordo com isso e partindo do pressuposto de que o método crítico se baseia na observação crítica dos acontecimentos (SARMENTO, 2008, p. 4), foram analisados os *web* OPAC<sup>5</sup> dos CDE nacionais com o objectivo de se averiguar a forma e a consistência das entradas de autoridade relativas às agências, órgãos e instituições da UE. Nessa análise constatou-se muita inconsistência e uma grande divergência de tratamento na catalogação e no estabelecimento das formas autorizadas das autoridades da UE pelos CDE nacionais. Esta constatação condicionou as seguintes perguntas de partida:

1. Qual a forma autorizada dos pontos de acesso de autor-colectividade da UE?
2. Como fazer a gestão do controlo de autoridades na BNIE?

A partir destas questões pretendeu-se fazer: 1) o levantamento das formas utilizadas pelos CDE nacionais para os pontos de acesso das autoridades da UE, demonstrando a sua incorrecta ou confusa aplicação<sup>6</sup>; 2) a elaboração de uma lista<sup>7</sup> com as formas autorizadas para as autoridades da UE; 3) estipular a metodologia que o gestor de autoridades deve adoptar na sua acção de controlo<sup>8</sup>.

Para responder às perguntas de partida foi desenvolvido um conjunto de leituras que pretendeu contextualizar a temática do ponto de vista normativo e doutrinário. As leituras realizadas tiveram por base, conforme o estabelecido em Quivy (1992), as ligações com a pergunta de partida; uma dimensão razoável do programa de leitura; extracção de elementos de análise e de interpretação; abordagens diversificadas ao problema.

Através do método demonstrativo, que se apoia na execução de uma dada operação, destacando-se as técnicas, as ferramentas e os materiais mais adequados (SARMENTO, 2008, p. 4), especificaram-se os elementos necessários

---

<sup>5</sup> Vide Apêndice 4.

<sup>6</sup> Vide Apêndice 4.

<sup>7</sup> Vide Apêndice 5.

<sup>8</sup> Vide capítulo 5.

para a construção de registos de autoridade, tendo sido também definida a gestão do controlo dos registos de autoridade através das operações que se devem ter em conta para esse procedimento.

## 2. Enquadramento institucional

Os CDE foram criados por iniciativa da UE nos Estados-membros para ajudar as instituições de ensino superior e de investigação a promover e desenvolver o ensino e a investigação sobre a integração europeia. A UE encoraja estas instituições a participar no debate sobre a Europa e a contribuir para a divulgação das políticas da UE. Estes Centros começaram a ser criados nos Estados-membros e nos países terceiros a partir de 1963, através da assinatura de uma Convenção com a Comissão Europeia (CE).

### 2.1. Apresentação do CDEULL

O CDEULL surgiu em 1989, no âmbito da política de informação e comunicação da CE. Desde então o CDEULL tem-se dedicado ao tratamento, conservação e difusão das espécies bibliográficas sobre temáticas relativas à UE. O seu principal objectivo é levar a documentação e informação sobre a UE mais perto do cidadão. Tem, também, um papel dinamizador no debate sobre as questões europeias, tentando responder sempre às necessidades do seu público-alvo.

O CDEULL tem um papel crucial no apoio ao ensino e à investigação sobre a integração europeia, pois não só faz o tratamento e difusão das publicações oficiais de que é depositário, como também é um agente pro-activo na pesquisa da informação comunitária.

#### 2.1.1. Fundo documental

O fundo documental do CDEULL é constituído, na sua maioria, pelas publicações oficiais emitidas pelo Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias (SPOCE). Enquanto serviço depositário destas publicações, o CDEULL recebe um exemplar da maior parte dos documentos publicados pelo SPOCE.

Para além dessas publicações, o fundo documental do CDEULL é também constituído por outras obras sobre as temáticas comunitárias, adquiridas pela Universidade, que se destinam a aumentar a capacidade de resposta deste serviço e a enriquecer o seu acervo bibliográfico.

### 2.1.2. Processamento e tratamento documental da informação

O processamento e tratamento documental da informação está a cargo do *Serviço de Normalização e Processamento Técnico*.

Este serviço tem as seguintes funções<sup>9</sup>: 1) elaboração de políticas de tratamento documental, principalmente no que diz respeito à catalogação, à classificação e à indexação; 2) selecção de thesauri com vista à criação de um índice de descritores com termos controlados; 3) registo, catalogação, classificação e indexação de todas as espécies bibliográficas e documentais que constituem o seu acervo, qualquer que seja o seu suporte, aplicando as normas internacionais; 4) normalização e manutenção dos catálogos; 5) incorporação e homologação de registos bibliográficos de outros centros de documentação e informação.

Neste contexto foram aplicadas as seguintes políticas:

a. Catalogação: é feita de acordo com as Regras Portuguesas de Catalogação (RPC), através do terceiro nível de detalhe da descrição<sup>10</sup>.

b. Classificação: os documentos são classificados com três tabelas, sendo a principal a ECLAS e as secundárias, a tabela de classificação do *Eurovoc* e a *Library of Congress Classification*.

c. Indexação: a atribuição de descritores aos documentos é feita através da utilização do *thesaurus* multilingue da UE, o *Eurovoc*.

d. Referências e citações bibliográficas: são elaboradas de acordo com as NP 405-1 (documentos impressos), NP405-2 (material não livro), NP405-3 (documentos não publicados), NP405-4 (documentos electrónicos).

### 2.1.3. Serviços prestados

O CDEULL, no âmbito das suas funções, presta os seguintes serviços: atendimento personalizado; elaboração, a pedido, de bibliografias temáticas;

---

<sup>9</sup> Conforme o *Regulamento Interno* da Divisão de Documentação e Investigação da ULL.

<sup>10</sup> Pelo facto das RPC (1999) serem omissas na estipulação dos níveis de detalhe da descrição, o Serviço seguiu o modelo estipulado pelas regras de catalogação espanholas, *Reglas de catalogación* (1999, p. 7-8).

acesso a bases de dados especializadas; acesso a catálogos automatizados; consulta e reprodução de microfichas; empréstimo interbibliotecas; hemeroteca; leitura domiciliária; leitura presencial; novidades editoriais; pesquisas assistidas; serviço de fotocópias (*self-service*); serviço de informação e referência; visionamento individual e em grupo de vídeos; visualização de diapositivos.

A prestação destes serviços tem como principais destinatários as comunidades académicas e científica da Instituição hospedeira mas, no âmbito da Convenção assinada com a CE, está aberta aos cidadãos em geral. Destaca-se o apoio às escolas secundárias, através do envio de documentação sobre a UE e através da recepção de visitas de estudo, proporcionando, desta forma, junto das camadas mais jovens um maior conhecimento sobre as matérias comunitárias, ajudando assim a promover o espírito e a integração europeia.

## 2.2. A Rede Portuguesa de Centros de Documentação Europeia

A Representação em Portugal da Comissão Europeia (RPCE) tem como principais objectivos difundir informação sobre a CE e outras Instituições e Órgãos da UE, bem como dar a conhecer aos organismos centrais da CE os principais acontecimentos e movimentos da opinião pública em Portugal sobre a União Europeia. Neste âmbito, a RPCE coordena as várias redes de informação europeia a nível nacional. Para além da RPCE existem também os *Europe Direct* e os *Team Europa*<sup>11</sup>, que fazem de ponte de ligação entre os cidadãos e a CE. Os CDE estão inseridos na estrutura orgânica da Direcção-Geral da Comunicação da Comissão Europeia.

Em Portugal, os CDE são os Centros mais antigos de toda a rede de Organismos de Informação Europeia. A sua criação remonta a 1974 e, actualmente, existem no país dezanove CDE, dezassete no Continente e os restantes nas ilhas da Madeira e dos Açores.

Os CDE em Portugal estão situados nas seguintes Instituições hospedeiras: Instituto Nacional de Administração; Instituto Politécnico de

---

<sup>11</sup> Para mais informações sobre estas redes *vide* na Internet em: [http://ec.europa.eu/portugal/redes/index\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/portugal/redes/index_pt.htm).



Beja; Instituto Politécnico de Leiria; Universidade Católica Portuguesa (Porto); Universidade Católica Portuguesa (Lisboa); Universidade dos Açores; Universidade do Algarve; Universidade de Aveiro; Universidade da Beira Interior; Universidade de Coimbra; Universidade de Évora; Universidade de Lisboa; Universidade Lusíada de Lisboa; Universidade Lusíada do Porto; Universidade da Madeira; Universidade do Minho; Universidade Nova de Lisboa; Universidade do Porto; Universidade Técnica de Lisboa.

### 2.3. A Base Nacional de Informação Europeia

A coordenação da Rede Portuguesa de Centros de Documentação Europeia (RPCDE) estipulou como principal objectivo no seu plano de actividades, em 2001, a criação de uma Base Nacional de Informação Europeia (BNIE).

Este projecto foi contemplado pelo *POS\_Conhecimento*<sup>12</sup> através da *Medida 2.2. - Conteúdos*, que financia projectos de criação e disponibilização de conteúdos portugueses e em português em formato digital.

A BNIE tem como principal objectivo a reunião, num catálogo colectivo, de toda a informação europeia existente em Portugal e disponibilizada pelos CDE. Para isso foram adquiridos os *softwares* documentais *DigiTool* e *MetaLib*, desenvolvidos pela empresa israelita *Ex-Libris*<sup>13</sup>, especializada em sistemas e serviços de informação.

De forma geral, podemos dizer que o *DigiTool* é uma solução para a gestão de acessos, tratamento e difusão de documentos digitais, contendo uma componente muito forte de *Digital Rights Management* (DRM). Esta componente relativa aos DRM, no actual contexto internacional onde se debatem as questões relativas à propriedade intelectual e aos direitos de autor, foi fulcral para a sua inclusão no projecto da BNIE, uma vez que este projecto pretende fazer a digitalização de toda a legislação e jurisprudência comunitárias que ainda não estão disponíveis em linha, bem como de outras publicações de interesse, como teses, relatórios e outros documentos, que

---

<sup>12</sup> Programa Operacional Sociedade do Conhecimento.

<sup>13</sup> Para uma descrição mais completa sobre estes produtos, consultar a página na Internet: <http://www.exlibrisgroup.com/category/Home>.

dentro da legislação nacional possam ser disponibilizados em livre acesso ou em acesso parcial.

O *MetaLib* providencia um sistema de meta-pesquisa, isto é, possibilita a pesquisa simultânea em vários recursos, que podem ser parametrizados e ajustados conforme as pretensões da Instituição hospedeira.

O projecto visa, também, a criação de vários grupos de trabalho que têm por objectivo a normalização e a cooperação dos procedimentos técnicos. A BNIE para se afirmar como fonte fidedigna de informação europeia deve possibilitar a recuperação da informação de forma inequívoca.

#### **2.4. Realização e duração do estágio**

O estágio realizou-se nas instalações do CDEULL, de 3 de Dezembro de 2008 a 16 de Janeiro de 2009, num total de 120 horas.

O estágio foi desenvolvido na área de biblioteconomia, mais concretamente no controlo de autoridades.

### 3. Revisão da literatura

As leituras efectuadas tiveram por base, num primeiro momento, a bibliografia normativa existente, quer a nível nacional, como as RPC (1999), quer a nível internacional, como as publicações da IFLA, mais precisamente, o UNIMARC autoridades (IFLA, 2008), os FRAD (IFLA, 2007), as GARR (IFLA, 2001a), e os *Mandatory data elements for internationally shared resource authority records* (IFLA, 1998). Num segundo momento procurou-se analisar a bibliografia específica, nacional e estrangeira, produzida por alguns autores de referência da área.

O objectivo das leituras foi o de, por um lado, fazer um levantamento do conjunto de documentos normativos que estipulem a integridade e a consistência dos registos de autoridade e, por outro lado, o de tentar demonstrar a importância dos registos de autoridade e do seu subsequente controlo.

#### 3.1. Literatura normativa

Segundo as indicações da *International Federation of Library Associations* (IFLA), o estabelecimento das formas autorizadas dos autores nacionais deve ser feito pelas agências bibliográficas nacionais de acordo com as convenções linguísticas e as particularidades culturais próprias de cada país, e para os autores estrangeiros devem ser utilizadas as formas estabelecidas pelas agências dos países de onde provêm. No contexto da UE, estamos perante uma organização de âmbito supra e intergovernamental, pelo que o estabelecimento da forma autorizada dos pontos de acesso deve ser da competência da agência bibliográfica de cada país. As RPC (1999, p. 90) definem a escolha do nome da colectividade quando este aparece em duas ou mais línguas<sup>14</sup>.

As RPC (1999), principal fonte normativa para a determinação e para a forma dos pontos de acesso nacionais, estabelecem e determinam as regras para a escolha da forma dos pontos de acesso autorizados das colectividades-

---

<sup>14</sup> Os órgãos, instituições, e agências da UE, têm designações oficiais nas 26 línguas dos Estados-membros.

autor. Estes (RPC, 1999, p. 89 e seg.) são classificados em dois grupos: independentes e dependentes. Este último, pode ser dependente por subordinação (i.e. a colectividade precisa de estar sempre associada a uma entidade subordinante) ou por coordenação (quando o nome da entidade subordinante está inserido no seu nome, quer no meio, quer no fim, e quando sem esse nome é impossível a sua identificação).

As publicações emanadas da IFLA têm os seguintes objectivos genéricos: o UNIMARC autoridades (IFLA, 2008a), enquanto formato de referência nacional, estabelece a linguagem de codificação dos registos de autoridade; os *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) (IFLA, 2007) apresentam o modelo conceptual que deve estar presente nos dados relativos às autoridades; as *Guideline for Authority Records and References* (GARR) (IFLA, 2001a) representam o modelo para a visualização dos registos; os *Mandatory data elements* (IFLA, 1998) definem os elementos essenciais para a partilha de dados entre agências internacionais.

O modelo conceptual proposto pelos FRAD (IFLA, 2007, p. 1) foi concebido com os seguintes objectivos: (1) providenciar e definir claramente um quadro estruturado de referência para o relacionamento dos dados que fazem parte dos registos de autoridade e as necessidades dos utilizadores desses registos; (2) avaliar o potencial da partilha internacional e o uso dos dados de autoridade nas bibliotecas e noutros sectores.

Para o presente trabalho, interessam as especificações estabelecidas sobre o que são as “entidades” e a sua definição. No caso das colectividades (IFLA, 2007, p. 8) estas incluem: (1) uma organização ou grupo de pessoas que agem como uma unidade; (2) organizações e grupos de indivíduos e/ou organizações identificadas por um nome particular; (3) grupos ocasionais e grupos eventuais que tenham sido constituídos por encontros, conferências, expedições, exposições, festivais, etc.; (4) grupos musicais, grupos de artistas plásticos, e companhias de dança; (5) organizações que agem como autoridades territoriais, que exercem funções governamentais sobre um determinado território, como as federações, um Estado, uma região, ou um município, etc.; (6) organizações e grupos que já não existem, bem como aquelas que as substituíram. Os FRAD contemplam, também, os “atributos” das entidades. No caso dos atributos das colectividades, estes estão divididos

em 8 categorias: (1) lugares associados com a colectividade; (2) datas associadas com a colectividade; (3) outras designações associadas com a colectividade; (4) tipo de colectividade; (5) língua da colectividade; (6) endereço; (7) campo de actividade; (8) história.

Neste modelo conceptual estão previstas três grandes categorias de relações estabelecidas pelas colectividades, simplificadas, na Tabela 1<sup>15</sup>.

Tabela 1 - Relações estabelecidas entre colectividades

Tipo de entidade	Tipo de relação
Pessoa $\Rightarrow$ Colectividade	Relação de adesão/associação
Colectividade $\Rightarrow$ Colectividade	Relação hierárquica Relação sequencial

As relações de adesão/associação entre uma pessoa e uma colectividade expressam-se na relação de pertença entre a pessoa e a colectividade (i.e. esta pode ser um membro, ou estar associada à colectividade). As relações hierárquicas são aquelas estabelecidas entre duas colectividades, sendo que uma está subordinada à outra. As relações sequenciais, entre duas ou mais colectividades, são aquelas que seguem a primeira na ordem ou no tempo (i.e. colectividade predecessora/sucessora, subsequentes conferências, encontros, etc.<sup>16</sup>).

Os FRAD (IFLA, 2007, p. 43) prevêem, também, outro tipo de relações para as colectividades, definidas pela expressão “Conhecido por”<sup>17</sup>, i.e. estabelecem as relações entre a entidade colectividade e os nomes pelos quais esta pode ser conhecida. O modelo prevê cinco tipos de relações entre as colectividades e o nome: (1) nome expandido; (2) acrónimos/iniciais/abreviaturas; (3) pseudónimo; (4) forma linguística alternativa; (5) outra variante do nome.

<sup>15</sup> Adaptação a partir de IFLA (2007, p. 31), da *Table 1 - Relationships between persons, families, corporate bodies, and works*.

<sup>16</sup> Exemplo desta realidade é o caso dos Congressos, que se repetem no tempo, de ano para ano, ex.: 8.º Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Psicólogos.

<sup>17</sup> “*Known by*” no original.

As GARR (IFLA, 2001a) foram criadas pela IFLA em resposta à necessidade de desenvolver uma forma que estabeleça o conteúdo e apresentação da informação dos pontos de acesso controlados, definindo os elementos que devem constar nas entradas de autoridade, de referência e nas explicativas gerais. As GARR apresentam uma estrutura assente em três tipos de entradas: a de autoridade, a de referência e a explicativa geral. A entrada de autoridade é o ponto de acesso principal, pode referir-se a um registo de autoridade completo ou apenas ao ponto de acesso autorizado que o utilizador visualiza. A entrada de referência é essencial para direccionar o utilizador de uma forma variante para o ponto de acesso autorizado ou para outros relacionados com ele. Por último, a entrada explicativa geral, como a de referência, direcciona o utilizador, não para uma entrada autorizada específica, mas para todo um grupo ou classe de pontos de acesso. Em resumo, as GARR dividem a informação que se pode dar num registo de autoridade em sete partes ou zonas<sup>18</sup>, aplicáveis para qualquer tipo de autoridade. Estabelecem também os elementos básicos para certos tipos de registos de autoridade que identificam os pontos de acesso, as suas relações e a informação que contêm as entradas de autoridade e de referência. Para isso as GARR definem um conjunto de elementos que devem ser incluídos nas entradas de autoridade, especificando, também, um sistema de pontuação<sup>19</sup> para a visualização dessas entradas.

Tabela 2 - Símbolos utilizados pela GARR

Pontuação	Informação	Descrição
>	Ver (forma autorizada)	Precede o ponto de acesso autorizado
<	Usado por (forma não autorizada)	Precede o ponto de acesso variante
>>	Ver também (forma actual)	Precede o ponto de acesso relacionado
<<	Ver também (formas anteriores)	Precede o ponto de acesso autorizado

A IFLA, tendo em conta a importância dada à partilha de registos de autoridade, estabeleceu um conjunto de elementos obrigatórios com o propósito de facilitar a troca de ficheiros a nível internacional (IFLA, 1998). A

<sup>18</sup> Para uma relação entre o formato Unimarc autoridades e as GARR, *vide* IFLA (2008a, p. 41).

<sup>19</sup> Para os símbolos utilizados pelas GARR, *vide* Tabela 2.

tarefa pretendeu identificar os elementos básicos, providenciar uma definição para cada um, e verificar quais os já existentes nos formatos de comunicação e recomendar outros para melhorar os formatos de troca de registos<sup>20</sup> (IFLA, 1998, p. 2).

### 3.2. Literatura específica

Estabelecido o quadro normativo proposto pelas RPC e pelas recomendações da IFLA, tentámos, através das leituras de um conjunto de autores nacionais e estrangeiros, compreender o que está subjacente ao controlo de autoridades e à sua importância.

Segundo vários autores<sup>21</sup>, o controlo de autoridades é o processo que visa unificar e assegurar, tanto a consistência dos pontos de acesso autorizados a um recurso bibliográfico, mediante a utilização de uma forma normalizada, como os pontos de acesso dos catálogos automatizados, mostrando as relações entre os distintos pontos de acesso. Sendo assim o controlo de autoridades tem por objectivo a normalização dos nomes de pessoas, colectividades, títulos uniformes ou assuntos, entre outros, que podem constituir o ponto de acesso principal ou secundário de um catálogo automatizado.

Para CAMPOS (2003, p. 2) o controlo de autoridades tem os seguintes objectivos gerais: a criação e manutenção de registos de autoridade que validam o trabalho do catalogador e a qualidade do catálogo; a provisão de um acesso à informação fiável e consistente. No que diz respeito às suas funções, podemos salientar a identificação e recuperação dos documentos armazenados, evitando confusões criadas por homónimos, sinónimos, ou toda a variedade de nomes com que uma pessoa ou colectividade podem ser identificadas (HERRERO PASCUAL, 1999, p. 121).

Já a necessidade do controlo de autoridades baseia-se, para CLACK (1990, p. 6), na possibilidade de existirem entradas de autoridade inconsistentes que colocam em causa a integridade do próprio catálogo.

---

<sup>20</sup> Para uma informação mais detalhada dos elementos obrigatórios e respectivas correspondências com as etiquetas Unimarc *vide* IFLA, 1998, p. 2 e seg.

<sup>21</sup> *Vide* CAMPOS (2003), HERRERO PASCUAL (1999), JIMÉNEZ PELAYO (2002).

Alerta, também, para o facto dos dados existentes nos ficheiros de autoridade não serem estáticos, pelo contrário, serem dinâmicos e estarem em constante mudança por um conjunto variado de razões.

Para CLACK (1990, p. 7) a normalização é um pré-requisito, enquanto principal objectivo do controlo de autoridades, e, para isso, é requerido que os CDE usem um conjunto comum de procedimentos. O controlo de autoridades vai, portanto, garantir que um ponto de acesso é único e que não entra em conflito com mais nenhum.

O controlo de autoridades pressupõe a existência de um conjunto de normas provenientes dos órgãos competentes<sup>22</sup>, mas também a normalização de um conjunto de procedimentos internos à rede dos CDE, que dessa forma possibilitem a consistência e a integridade da BNIE. Tendo em conta o anteriormente exposto, o controlo de autoridade surge, por consequência, como fundamental para a consistência e qualidade de qualquer base de dados bibliográfica e garante da pertinência e fiabilidade dos resultados da pesquisa.

---

<sup>22</sup> *Vide* capítulo 3.1.



## 4. Especificações para a construção de registos de autoridade no âmbito da BNIE

### 4.1. Alcance e exaustividade do controlo de autoridades

A implementação dos registos de autoridade e do seu controlo implica, por parte do CDEULL, a decisão do alcance e do grau de exaustividade pretendidos. Esta tomada de decisão deve definir o alcance da normalização, i.e. se vai ser estendida a todos os pontos de acesso ou se vai ser feita de forma selectiva e qual o nível de exaustividade aplicado.

#### 4.1.1. Alcance do controlo de autoridades

Relativamente ao alcance do controlo de autoridades, e no âmbito deste relatório, foram contemplados apenas os pontos de acesso relativos às colectividades-autor, i.e. o controlo dos pontos de acesso de nomes de colectividade-autor, desta forma o alcance vai ser selectivo<sup>23</sup>, uma vez que foram abrangidos, apenas, os órgãos, as instituições e as agências da União Europeia<sup>24</sup>.

#### 4.1.2. Nível de exaustividade do controlo de autoridades

O controlo de autoridades permite, segundo CLACK (1990, p. 31), dois níveis, o completo ou o parcial, de exaustividade e vários factores que influenciam o nível a implementar. Este, acrescenta, deve ser estabelecido por cada unidade documental de acordo com as suas necessidades, tendo em conta os seguintes factores: 1) os recursos humanos e técnicos disponíveis; 2) a possibilidade de aceder a registos de autoridade externos produzidos por outras entidades; 3) o nível de normalização e controlo desejado; 4) as possibilidades que existem de cumprir o nível de normalização desejado; 5) a importância dada pela unidade documental em ter um catálogo bibliográfico consistente e normalizado.

---

<sup>23</sup> Está previsto, no entanto, numa segunda fase, que o controlo de autoridade tenha um alcance mais global, abrangendo todos os pontos de acesso definidos.

<sup>24</sup> *Vide* Apêndices 1, 2 e 3.

JIMÉNEZ PELAYO (2002, p. 569), no entanto, estabelece os seguintes níveis de exaustividade:

1) Nível mínimo: a finalidade é apenas a de facilitar a consulta do catálogo. Neste caso o registo de autoridade é constituído unicamente pela forma autorizada (bloco 2--) e respectivas variantes que tenham sido localizadas (bloco 4--). A forma autorizada e as variantes aparecem sem as ligações de referência e as fontes de informação onde foram localizadas. Não se dão dados do tipo biográfico, histórico, etc., que ajudem a identificar melhor a entidade.

2) Nível intermédio: inclui a validação do registo de autoridade ou do ponto de acesso das formas autorizadas com fontes e ligações de referência autorizadas. As finalidades são as de facilitar a consulta do catálogo, de construir registos que podem ser integrados em redes ou catálogos colectivos nacionais. O registo é constituído pelo ponto de acesso autorizado (bloco 2--), variantes não autorizadas (bloco 4--), formas relacionadas (bloco 5--), notas textuais de “ver” e “ver também” (305, 310), fontes de informação dos dados (810) e notas diversas (300, 340). O bloco de informação codificada também deve ser preenchido (1--).

3. Nível completo ou de intercâmbio internacional: constitui o nível máximo que se pode exigir no controlo de autoridades e está pensado como requisito para o intercâmbio de registos de autoridade no âmbito internacional. Este nível deve englobar todos os dados necessários para identificar com total precisão uma autoridade num contexto de intercâmbio internacional.

Tendo em conta o referido nos parágrafos anteriores<sup>25</sup>, optou-se, para a primeira fase de implementação de registos de autoridade na BNIE, pelo nível intermédio. Este nível permite, como foi especificado, a elaboração de registos que podem ser integrados em redes ou catálogos colectivos nacionais. Para além disso, o nível intermédio permite o acesso às formas variantes não autorizadas e às formas relacionadas. Permitindo ao utilizador ter acesso a todo um conjunto de informações que lhe permitam, não só perceber a história da Instituição, mas também percorrer os índices, indo de uma forma

---

<sup>25</sup> Vide níveis de exaustividade de JIMÉNEZ PELAYO.

não autorizada ou de uma variante do nome da Instituição para a forma autorizada.

#### 4.2. Fontes de referência e de consulta

Este capítulo pretende oferecer uma relação das principais fontes de referência e de consulta que podem servir de ajuda no processo de criação dos registos de autoridade e da forma preferencial, que propoemos, para a sua citação<sup>26</sup>, uma vez que esta referência deve ser uniformizada. Optou-se por mencionar apenas aquelas que julgamos mais importantes no âmbito do presente trabalho e, de acordo com isso, foram seleccionadas as fontes oficiais da UE, que estão disponíveis na Internet e em língua portuguesa, o que possibilita uma consulta mais rápida e eficaz. Esta tabela não pretende ser exhaustiva, nem fechada, mas sim estabelecer-se como ponto de partida para uma análise fidedigna dos órgãos e instituições da UE.

Tabela 3 - Lista de fontes de referência e de consulta

Fontes	Conteúdo	Endereço electrónico	Forma de citação no registo de autoridade
A UE num ápice : como funciona a UE?	Visão sintética sobre as principais instituições e órgãos da UE	<a href="http://europa.eu/abc/p-anorama/howorganised/index_pt.htm">http://europa.eu/abc/p-anorama/howorganised/index_pt.htm</a>	A UE num ápice
Código de redacção interinstitucional	Contém as regras e as convenções de escrita harmonizada que devem ser utilizadas pelo conjunto das instituições, órgãos e agências da UE	<a href="http://publications.europa.eu/code/pt/pt-000100.htm">http://publications.europa.eu/code/pt/pt-000100.htm</a>	CRI
EU Whoiswho	Lista de contactos oficial da UE	<a href="http://europa.eu/whoiswho/public/index.cfm?lang=pt">http://europa.eu/whoiswho/public/index.cfm?lang=pt</a>	EU Whoiswho
EUR-Lex	Inclui o Jornal Oficial da União Europeia e os tratados, a legislação, a jurisprudência e os actos preparatórios da legislação	<a href="http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm">http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm</a>	EUR-Lex
Glossário	Inclui 233 termos relativos à construção europeia e às instituições e actividades da União Europeia	<a href="http://europa.eu/scadplus/glossary/index_pt.htm">http://europa.eu/scadplus/glossary/index_pt.htm</a>	Glossário UE

<sup>26</sup> Etiqueta 810 do Unimarc autoridades.

Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia	Proporciona uma panorâmica geral das actividades comunitárias durante o ano que precede a sua apresentação	<a href="http://europa.eu/generallreport/pt/welcome.htm">http://europa.eu/generallreport/pt/welcome.htm</a>	RGA EU
Servidor Europa	Portal da UE, permite acompanhar a actualidade da UE e obter informações sobre a integração europeia	<a href="http://europa.eu/index_pt.htm">http://europa.eu/index_pt.htm</a>	Servidor Europa

### 4.3. Codificação dos registos de autoridade

A codificação dos registos de autoridade segue o esquema previsto pelo formato Unimarc Autoridades, que tem como principal objectivo facilitar a troca internacional dos dados de autoridades em formato legível por computador. Este formato especifica, também, as etiquetas, indicadores e identificadores de subcampo a atribuir a registos de entrada de autoridade, de referência e de entrada explicativa geral, em formato legível por computador (IFLA, 2008a, p. 19).

#### 4.3.1. Recomendações para a codificação de registos de autoridade

A escolha dos pontos de acesso autorizados de colectividade-autor e subsequente construção do respectivo registo de autoridade, de acordo com o Unimarc autoridades, deve ser feita de acordo com as indicações apresentadas<sup>27</sup>. Para o efeito foram introduzidas imagens de registos retiradas do ficheiro de autoridades do CDEULL para ilustrar e contribuir para um melhor esclarecimento sobre a utilização do formato e preenchimento dos campos.

Salientamos, ainda, que nesta primeira fase, optou-se pela criação, apenas, de registos de entrada de autoridade de colectividade.

##### 4.3.1.1. Escolha do ponto de acesso autorizado

A escolha do ponto de acesso de colectividade-autor deve ter em conta as seguintes regras:

<sup>27</sup> Vide capítulo 4.3.1.1.

- nome pelo qual a colectividade é mais vulgarmente conhecida;
- forma mais vulgarmente usada por uma colectividade, que deve ser apurada em fontes de referência;
- em caso de haver várias formas de nome para uma colectividade e não haver uma predominante, deverá optar-se: pelo nome que aparece mais vezes nos trabalhos da colectividade; pelo nome que aparece mais vezes nas fontes de informação; pelo último nome surgido.

#### 4.3.1.2. Preenchimento das etiquetas Unimarc

No processo de catalogação podem surgir algumas dúvidas no preenchimento das etiquetas Unimarc, de acordo com isso, pretendeu-se, por um lado, dar indicações precisas sobre o preenchimento das etiquetas do Unimarc autoridades que consideramos necessárias para a criação de registos de autoridade na BNIE e, por outro lado, responder a possíveis dúvidas que venham a ser colocadas durante o processo de catalogação dos registos de autoridade<sup>28</sup>.

Etiqueta de registo (LDR): a posição 5 (estado do registo) deve ser preenchida pelo catalogador com o código "n", que será alterada após revisão, pelo gestor de autoridades, para o código "c"; a posição 17 deve ser preenchida pelo catalogador com o código 3, que será alterada após revisão, pelo gestor de autoridades, com o código "#".

Etiqueta (Autoridade)	
Estado registo (05)	<input type="text" value="n"/>
Tipo de registo (06)	<input type="text" value="x"/>
Tipo de entidade (09)	<input type="text" value="b"/>
Nível de codificação (17)	<input type="text" value="#"/>

Figura 1 - Preenchimento da etiqueta de registo (LDR)

Etiqueta 001: contém o número de controlo do registo de autoridade, genericamente designado por número de registo de autoridade, o campo deve ser preenchido automaticamente pelo sistema.

<sup>28</sup> Os campos designados como de preenchimento obrigatório, no âmbito da BNIE, estão especificados no Apêndice 9, na coluna O/NO (obrigatório/não obrigatório).

Etiqueta 005: o sistema preenche automaticamente este campo.

Etiqueta 100: a posição 8 (código do estado do cabeçalho de autoridade) deve ser preenchida pelo catalogador com o código "c", que será alterada após revisão, pelo gestor de autoridades, para o código "a".

Figura 2 - Preenchimento da etiqueta 100

Etiqueta 101: como a União Europeia tem como línguas oficiais a de todos os Estados-membros, este campo será portanto sempre preenchido com o código de língua "mul".

Etiqueta 102: este campo deve ser preenchido com o código que representa o país onde está sediada a agência, órgão ou instituição da UE.

Etiqueta 106: este campo deve ser preenchido, sempre, com o código "0".

Etiqueta 150: este campo deve ser, sempre, preenchido com o código "f".

Etiqueta 152: este campo deve ser, sempre, preenchido com a seguinte indicação "RPC"<sup>29</sup>.

<i>Inexistente na L</i>	<u>101</u>	—	<u>a</u>	mul
<i>Inexistente na L</i>	<u>102</u>	—	<u>a</u>	LU
<i>Inexistente na L</i>	<u>106</u>	—	<u>a</u>	0
<i>CDC - Nomes</i>	<u>150</u>	—	<u>a</u>	f
<i>Regras</i>	<u>152</u>	—	<u>a</u>	RPC

Figura 3 - Preenchimento das etiquetas 101, 102, 106, 150 e 152

Etiqueta 210: este campo deve ser preenchido com o indicador 1 com o código "0" e o indicador 2 com o código "2". O \$a e o \$b devem ser preenchidos em minúsculas, excepto a primeira letra de cada palavra<sup>30</sup>.

<i>Nome Colect.</i>	<u>210</u>	<u>02</u>	<u>a</u>	União Europeia.
			<u>b</u>	Comissão

Figura 4 - Preenchimento da etiqueta 210

<sup>29</sup> Conforme o estipulado no capítulo 4.1.

<sup>30</sup> Para o estabelecimento e escolha do ponto de acesso *vide* capítulos 4.3.1.1. e 4.4.1.

**Etiqueta 300:** neste campo deve ser criada o tipo de nota que serve para explicar a relação entre o ponto de acesso e outras entidades.

<i>Nota</i>	<u>300</u>	<u>0</u>	<u>a</u>	Substitui, a partir de 1993, Comunidade Europeia. Comissão
-------------	------------	----------	----------	--

Figura 5 - Preenchimento da etiqueta 300

**Etiqueta 305:** este campo deve ser preenchido, sempre que considerarmos que a referência de “Ver também”, emitida a partir do campo 510, não é suficientemente adequada ou explicativa. A frase de instrução a inserir em \$a deve ser normalizada de acordo com o exemplo<sup>31</sup>.

<i>Nota Ver também</i>	<u>305</u>	<u>0</u>	<u>a</u>	As obras desta instituição encontram-se sob os cabeçalhos que se seguem, de acordo com a designação usada à data de publicação:
			<u>b</u>	Comunidade Europeia. Comissão

Figura 6 - Preenchimento da etiqueta 305

**Etiqueta 340:** este campo deve ser, sempre, preenchido com informação biográfica ou com notas sobre a actividade da entidade.

<i>Inexistente na L</i>	<u>340</u>	<u>—</u>	<u>a</u>	A Comissão Europeia é fruto da unificação da Alta Autoridade da CECA, da Comissão da CEE e da Comissão do Euratom, estabelecida pelo Tratado de Fusão (em vigor desde 1 de Julho de 1967), que instituiu uma Comissão e um Conselho únicos para as três Comunidades Europeias então existentes.##Como órgão executivo da UE, a Comissão põe em prática as decisões tomadas pelo Conselho. Dispõe de amplos poderes na condução das políticas comuns da UE como sejam a investigação e a tecnologia, o auxílio externo, o desenvolvimento regional, etc. A Comissão dispõe de uma administração composta por 36 Direcções Gerais (DG) e serviços, sedeados principalmente em Bruxelas e no Luxemburgo.
-------------------------	------------	----------	----------	---

Figura 7 - Preenchimento da etiqueta 340

**Etiqueta 410:** o campo deve ser preenchido com a(s) forma(s) variante(s) do ponto de acesso, que devem ser tantas quantas as identificadas como possíveis de gerar ruído no catálogo. O \$a e o \$b devem ser preenchidos em minúsculas, excepto a primeira letra de cada palavra. Nesta etiqueta são inseridos também os pontos de acesso com as variantes linguísticas<sup>32</sup>.

<i>Ver - Colect.</i>	<u>410</u>	<u>02</u>	<u>a</u>	Comissão Europeia
<i>Ver - Colect.</i>	<u>410</u>	<u>02</u>	<u>a</u>	União Europeia.
			<u>b</u>	Comissão Europeia

Figura 8 - Preenchimento da etiqueta 410

<sup>31</sup> Vide Apêndice 9.

<sup>32</sup> Na constituição dos dados paralelos, decidimos avançar com a opção 2, prevista em IFLA (2008a, p. 38), segundo a qual os pontos de acesso paralelos podem ser tratados como simples variantes ou referências

Etiqueta 510: o campo deve ser preenchido com uma pista de referência para um ponto de acesso relacionado com aquele inserido na etiqueta 210. O indicador 1 deve ser preenchido com o código "0" e o indicador 2 deve ser preenchido com o código "2". Devem ser preenchido os seguintes subcampos de controlo: 0 (frase de instrução<sup>33</sup>), 3 (número de registo de entrada de autoridade) e 5 (controlo de pista de referência). O \$a e o \$b devem ser preenchidos em minúsculas, excepto a primeira letra de cada palavra.

<i>Ver tb- Colect.</i>	<u>510</u>	<u>02</u>	<u>0</u>	Ver também sob o cabeçalho antigo:
			<u>3</u>	000000006
			<u>5</u>	b
			<u>a</u>	Comunidade Europeia.
			<u>b</u>	Comissão

Figura 9 - Preenchimento da etiqueta 510

Etiqueta 801: é preenchida automaticamente pelo sistema. Deve conter a seguinte informação: \$aPT, \$bCDEULL, \$c[data da última transacção].

<i>Fonte origem</i>	<u>801</u>	<u>0</u>	<u>a</u>	PT
			<u>b</u>	CDEULL
			<u>c</u>	20090204

Figura 10 - Preenchimento da etiqueta 801

Etiqueta 810: deve ser preenchida com a citação da obra bibliográfica cuja catalogação originou o estabelecimento do ponto de acesso e com a fonte de referência em que foi encontrada informação relativa ao ponto de acesso<sup>34</sup>.

<i>Fonte aaaa</i>	<u>810</u>	<u>—</u>	<u>a</u>	Quem é quem na União Europeia?
<i>Fonte aaaa</i>	<u>810</u>	<u>—</u>	<u>a</u>	CRI

Figura 11 - Preenchimento da etiqueta 810

Etiqueta 830: este campo deve ser preenchido com as regras específicas aplicadas e/ou notas justificativas da escolha da forma do ponto de acesso.

<i>Nota Ger. Cata</i>	<u>830</u>	<u>—</u>	<u>a</u>	Optou-se pela supressão do adjectivo "europela" por este ser um elemento repetitivo do ponto de acesso (Vide RPC, F.C. 2.1., p. 90)
-----------------------	------------	----------	----------	---

Figura 12 - Preenchimento da etiqueta 830

<sup>33</sup> Aconselhamos a utilização das frases de instrução utilizadas em IFLA (200a, p. 97).

<sup>34</sup> Conforme o estabelecido no capítulo 4.2.



**Etiqueta 856:** preencher sempre com a indicação da página oficial da agência, órgão ou instituição da UE.



Figura 13 - Preenchimento da etiqueta 856

#### 4.3.1.3. Visualização no módulo de pesquisa dos registos de autoridade<sup>35</sup>

Nas figuras 14, 15, 16 e 17<sup>36</sup> podemos observar a forma de visualização para o público, através do módulo de pesquisa<sup>37</sup> do Aleph, que os registos de autoridade apresentam. As figuras 14 e 15 demonstram os registos 5 e 6, a figura 16 apresenta os pontos de acesso com orientações ao utilizador através das pistas de referência “usado por” e “ver também”, e a figura 17 apresenta todos os pontos de acesso bem como todas as pistas de referências ligados à autoridade criada.

<sup>35</sup> Os *print screens* efectuados são meramente ilustrativos da forma como o sistema está a tratar os registos e as ligações entre os registos. Como a base de autoridade está em fase de implementação no CDEULL, bem como a versão 18 do Aleph, esta ainda tem alguns problemas de formatação e visualização da informação, para uma análise mais detalhada dos problemas detectados *vide* Apêndice 10.

<sup>36</sup> Os *print screen* das figuras 14, 15, 16 e 17, que representam a visualização dos registos de autoridade e dos índices de autoridades no módulo de pesquisa, apresentam ainda alguns erros de visualização, já identificados e inseridos no relatório apresentado à empresa responsável pela manutenção do Aleph (*Vide* Apêndice 10).

<sup>37</sup> Ainda não é possível visualizar os registos de autoridade no WebOPAC.

Nº Sistema	000000005
Cabeçalho	União Europeia. Comissão
Notas	Substitui Comunidade Europeia. Comissão
Notas	A Comissão Europeia é fruto da unificação da Alta Autoridade da CECA, da Comissão da CEE e da Comissão do Euratom, estabelecida pelo Tratado de Fusão (em vigor desde 1 de Julho de 1967), que instituiu uma Comissão e um Conselho únicos para as três Comunidades Europeias então existentes.
Notas	Como órgão executivo da UE, a Comissão põe em prática as decisões tomadas pelo Conselho. Dispõe de amplos poderes na condução das políticas comuns da UE como sejam a investigação e a tecnologia, o auxílio externo, o desenvolvimento regional, etc. A Comissão dispõe de uma administração composta por 36 Direcções Gerais (DG) e serviços, sediados principalmente em Bruxelas e no Luxemburgo.
Usado por	Comissão Europeia
Usado por	União Europeia. Comissão Europeia
Ver também	Ver também sob o cabeçalho antigo: 000000006 Comunidade Europeia. Comissão
Origem	PT
Fonte	Quem é quem na União Europeia? (União Europeia. Comissão)
Fonte	CRI
Nota geral	Optou-se pela supressão do adjectivo "europeia" por este ser um elemento repetitivo do ponto de acesso (Vide RPC, F.C. 2.1., p. 90)

Figura 14 - Registo de autoridade n.º 5: União Europeia. Comissão

Nº Sistema	000000006
Cabeçalho	Comunidade Europeia. Comissão
Notas	Substituída por União Europeia. Comissão
Notas	As obras desta instituição encontram-se sob os cabeçalhos que se seguem, de acordo com a designação usada à data de publicação: União Europeia. Comissão
Notas	A Comissão Europeia é fruto da unificação da Alta Autoridade da CECA, da Comissão da CEE e da Comissão do Euratom, estabelecida pelo Tratado de Fusão (em vigor desde 1 de Julho de 1967), que instituiu uma Comissão e um Conselho únicos para as três Comunidades Europeias então existentes.
Usado por	Comissão das Comunidades Europeias
Usado por	Comunidade Europeia. Comissão Europeia
Ver também	Ver também sob o cabeçalho actual: União Europeia. Comissão
Origem	PT
Nota geral	Optou-se pela supressão do adjectivo "europeia" por este ser um elemento repetitivo do ponto de acesso (Vide RPC, F.C. 2.1., p. 90)

Figura 15 - Registo de autoridade n.º 6: Comunidade Europeia. Comissão

Cabeçalho	Usado por	Ver também
Comunidade Europeia. Comissão	Comissão das Comunidades Europeias	Ver também sob o cabeçalho actual: União Europeia. Comissão
União Europeia. Comissão	Comissão Europeia	Ver também sob o cabeçalho antigo: 000000006 Comunidade Europeia. Comissão

Figura 16 - Índice das autoridades com as pistas de referência "usado por" e "ver também"

# Docs	Ref.	Cabecs.
1		Comissão das Comunidades Europeias
1		Comissão Europeia
1		Comunidade Europeia. Comissão
1		Public Note UNIMARC Substituída por União Europeia. Comissão
1		Comunidade Europeia. Comissão Europeia
1		União Europeia. Comissão
1		Public Note UNIMARC Substitui Comunidade Europeia. Comissão
1		União Europeia. Comissão Europeia

Figura 17 - Índice de autoridades com as pistas de referência "ver" e "ver também"

#### 4.4. Entradas de autoridade da União Europeia

De acordo com os objectivos traçados para o presente trabalho, desenvolvemos neste capítulo uma lista alfabética<sup>38</sup> com as entradas de autoridade e as entradas de referência para os órgãos, instituições e agências da UE.

##### 4.4.1. Instituições, órgãos e agências da UE

As entradas de autoridade da UE estão organizadas<sup>39</sup> da seguinte forma:

1. Organismos centralizados:

- Instituições;
- Órgãos (consultivos; financeiros; interinstitucionais; especializados);

2. Organismos descentralizados<sup>40</sup>:

- Agências (comunitárias; de política externa e de segurança comum; de cooperação policial e judiciária em matéria penal; executivas).

A seguir apresentamos três tabelas com informação descritiva relativas às instituições (Tabela 4), aos órgãos (Tabela 5), e às agências (Tabela 6). A apresentação destes quadros justifica-se pelo facto da informação relativa às colectividades da UE estar dispersa por várias fontes de informação, impossibilitando ao catalogador uma recolha organizada da informação, o tipo e uma descrição sucinta sobre a entidade. Pensamos que, com a informação apresentada nas tabelas seguintes, o catalogador estará mais bem preparado para a criação dos registos de autoridade das colectividades da UE.

---

<sup>38</sup> *Vide* Apêndice 5.

<sup>39</sup> Dados retirados da página do Servidor Europa sobre as instituições e outros órgãos da UE, disponível em: [http://europa.eu/institutions/index\\_pt.htm](http://europa.eu/institutions/index_pt.htm).

<sup>40</sup> Uma agência comunitária é um organismo de direito público europeu, distinto das instituições comunitárias (Conselho, Parlamento, Comissão, etc.), e que dispõe de personalidade jurídica própria. É criada por um acto de direito derivado para realizar uma tarefa muito concreta de carácter técnico, científico ou de gestão no quadro do «primeiro pilar» da União Europeia.

Tabela 4 - Instituições da UE

Instituição	Breve descrição
Comissão	Representa os interesses da União no seu conjunto.
Conselho	Representa os Estados-Membros.
Parlamento Europeu	Representa os cidadãos da UE e é por estes directamente eleito.
Tribunal de Contas	Fiscaliza o financiamento das actividades da UE.
Tribunal de Justiça	Tem a última palavra em diferendos sobre a legislação europeia.

Tabela 5 - Órgãos da UE

Órgão	Tipo	Breve descrição
Comité Económico e Social Europeu	Consultivo	Composto pelos representantes dos empregadores, sindicatos, agricultores, consumidores e outros grupos de interesses que, no seu conjunto, formam a denominada «sociedade civil organizada». O CESE apresenta os seus pontos de vista e defende os seus interesses na discussão das políticas com a Comissão, o Conselho e o PE.
Comité das Regiões	Consultivo	Composto por representantes dos poderes locais e regionais. O CdR tem de ser consultado antes da adopção de decisões da UE no domínio da política regional, ambiente, educação e transporte - que afectam directamente os poderes regionais e locais.
Banco Europeu de Investimento	Financeiro	Tem por missão conceder empréstimos destinados a projectos de interesse europeu (por exemplo, ligações ferroviárias e rodoviárias, aeroportos ou iniciativas em matéria de ambiente), principalmente nas regiões menos favorecidas, nos países candidatos e nos países em desenvolvimento. Fornece igualmente crédito ao investimento para pequenas empresas.
Fundo Europeu de Investimento	Financeiro	Foi criado com o objectivo de prestar apoio às pequenas empresas.
Banco Central Europeu	Financeiro	Compete-lhe gerir o euro - a moeda única da UE. O BCE é igualmente responsável pela definição e execução da política económica e monetária da UE.
Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias	Interinstitucional	É a editora das instituições da UE, sendo responsável pela publicação e distribuição, em papel ou em suporte digital, de todas as publicações oficiais da UE.
Serviço Europeu de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias	Interinstitucional	Tem por missão preparar os concursos e exames destinados a seleccionar e a contratar pessoal para todas as instituições da União Europeia, o que é mais eficaz do que a organização de concursos de recrutamento por cada instituição.
Escola Europeia de Administração	Interinstitucional	Oferece formação profissional em determinadas áreas específicas aos funcionários comunitários. Os cursos estão abertos aos funcionários de todas as instituições da UE, contribuindo assim para a divulgação de valores comuns, a promoção de uma melhor compreensão entre funcionários das instituições e a realização de economias de escala. A escola trabalha em estreita cooperação com os departamentos de formação de todas as instituições para evitar duplicação de esforços.

Provedor de Justiça Europeu	Especializado	Actua como mediador entre os cidadãos e a administração da UE. Tem competências para receber e investigar queixas apresentadas por qualquer cidadão, empresa ou instituição da UE ou qualquer pessoa singular ou colectiva que resida ou tenha a sua sede estatutária num país da UE.
Autoridade Europeia para a Protecção de Dados	Especializado	Tem por missão garantir que todas as instituições e órgãos da UE respeitam o direito à privacidade dos cidadãos quando processam os seus dados pessoais.

Tabela 6 - Agências da UE

Agência	Tipo	Breve descrição
Agência Comunitária de Controlo das Pescas	Comunitária	Promove a aplicação homogénea e efectiva das regras da Política Comum da Pesca, organizando a cooperação e a coordenação operacionais entre os Estados-Membros.
Agência Europeia para a Segurança da Aviação	Comunitária	Desempenha um papel fundamental na estratégia comunitária em matéria de segurança da aviação civil na Europa.
Agência Europeia da Segurança Marítima	Comunitária	Tem como objectivo assistir a Comissão e os Estados-Membros em matéria de segurança marítima, de protecção do transporte marítimo e de prevenção da poluição causada pelos navios.
Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas	Comunitária	Coordena a cooperação operacional entre os Estados-Membros no domínio da gestão das fronteiras externas.
Agência Europeia de Medicamentos	Comunitária	A sua principal atribuição é a protecção e a promoção da saúde pública e animal através da avaliação e supervisão dos medicamentos para uso humano e veterinário.
Agência Europeia de Reconstrução	Comunitária	É responsável pela gestão dos principais programas de assistência da UE à Sérvia e Montenegro (República da Sérvia, Kosovo e República do Montenegro) e à antiga República jugoslava da Macedónia.
Agência Europeia do Ambiente	Comunitária	Dedica-se ao fornecimento de informação correcta e independente sobre o ambiente.
Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia	Comunitária	O objectivo da agência consiste em proporcionar às instituições e autoridades da UE e dos seus Estados-Membros, no âmbito da aplicação do direito comunitário, assistência e competências no domínio dos direitos fundamentais, e apoiá-los na adopção de medidas e na definição de acções apropriadas.
Agência Europeia das Substâncias Químicas	Comunitária	A sua missão é garantir a coerência da gestão das substâncias químicas em toda a UE e emitir pareceres de natureza técnica e científica, bem como fornecer orientações e informações sobre substâncias químicas.
Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação	Comunitária	Actua como centro de competência a fim de que os Estados-Membros e as instituições da UE obtenham pareceres sobre questões em matéria de segurança das redes e da informação

Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho	Comunitária	Tem um papel de catalisador do desenvolvimento, da análise e da divulgação de informações que visam melhorar a segurança e a saúde no trabalho na UE.
Agência Ferroviária Europeia	Comunitária	Tem por missão o reforço da segurança e interoperabilidade dos caminhos-de-ferro europeus.
Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos	Comunitária	Providencia orientação científica independente sobre todas as questões susceptíveis de exercerem impacto directo ou indirecto na segurança alimentar, incluindo a saúde e o bem-estar dos animais, bem como a protecção das plantas.
Autoridade Europeia Supervisora do Sistema Global de Navegação por Satélite	Comunitária	Tem como função gerir os interesses públicos e ser a entidade reguladora dos programas GNSS europeus, estabelecendo simultaneamente as bases para um sistema plenamente sustentável e economicamente viável.
Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia	Comunitário	Criado para prestar os serviços de tradução necessários ao funcionamento das agências especializadas e descentralizadas da UE.
Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças	Comunitário	Tem por missão contribuir para o reforço dos meios de defesa da Europa face às doenças infecciosas, como a influenza, o SRAS e o VIH/SIDA.
Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional	Comunitário	Contribui para a promoção e o desenvolvimento do ensino e formação profissionais na UE.
Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão (Fusion for Energy)	Comunitária	A sua missão é cooperar com a indústria europeia e organismos de investigação no desenvolvimento e fabrico de componentes de ponta para o projecto de energia de fusão ITER.
Fundação Europeia para a Formação	Comunitária	Enquanto centro de especialização contribui para o desenvolvimento socioeconómico sustentável, permitindo a 30 países vizinhos da UE reformarem os seus sistemas de educação e formação profissionais, sobretudo através dos programas comunitários europeus Phare, CARDS, Tacis e MEDA.
Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho	Comunitária	Instituído com o objectivo de contribuir para a concepção e o estabelecimento de melhores condições de vida e de trabalho na Europa.
Instituto Comunitário das Variedades Vegetais	Comunitário	Decide sobre os pedidos de reconhecimento de direitos comunitários de protecção de variedades vegetais com base num exame formal e num exame técnico da variedade objecto do pedido.

Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)	Comunitário	É a autoridade oficial responsável pelos processos relativos às marcas comunitárias e pelos desenhos ou modelos comunitários.
Instituto Europeu para a Igualdade de Género	Comunitário	Destina-se a ajudar as instituições europeias e os Estados-Membros a promover a igualdade entre homens e mulheres em todas as políticas comunitárias e políticas nacionais delas decorrentes, bem como a lutar contra a discriminação com base no sexo
Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência	Comunitário	É o núcleo central da informação relativa ao fenómeno da droga na UE.
Agência Europeia de Defesa	Política externa e de segurança comum	A sua principal função é desenvolver uma abordagem global e sistemática ao definir e satisfazer as necessidades da Política Europeia de Segurança e Defesa da UE.
Centro de Satélites da União Europeia	Política externa e de segurança comum	Dedica-se à exploração e tratamento de dados resultantes da análise de imagens espaciais de observação da Terra. Tem por objectivo apoiar o processo de tomada de decisão da União Europeia no que diz respeito à Política Externa e de Segurança Comum (PESC).
Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia	Política externa e de segurança comum	A sua missão visa contribuir para a criação de uma cultura comum europeia da segurança e promover o debate estratégico, estabelecendo a melhor interface possível entre as instâncias de decisão europeias e os vários círculos de peritos independentes.
Academia Europeia de Polícia	Cooperação policial e judiciária em matéria penal	Reúne altos funcionários dos serviços de polícia de toda a Europa para promover a cooperação transfronteiras na luta contra a criminalidade e na manutenção da ordem e da segurança pública.
Serviço Europeu de Polícia (Europol)	Cooperação policial e judiciária em matéria penal	O seu objectivo consiste em prestar apoio aos Estados-Membros da UE para cooperarem de forma mais estreita e eficaz na prevenção e luta contra o crime internacional organizado.
Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (EUROJUST)	Cooperação policial e judiciária em matéria penal	Tem por objectivo incentivar e melhorar a coordenação das investigações e dos procedimentos penais, prestando igualmente apoio aos Estados-Membros no sentido de tornar as suas investigações e os procedimentos penais mais eficazes.
Agência de Execução da Rede Transeuropeia de Transportes	Executiva	Assegura a execução financeira e técnica e a gestão do programa da Rede Transeuropeia de Transportes
Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação	Executiva	É actualmente responsável pela execução do programa Energia Inteligente para a Europa, a rede de apoio às pequenas e médias empresas (PME) e as iniciativas de eco-inovação da Comissão Europeia, bem como o programa Marco Polo.
Agência de Execução para a Investigação	Executiva	A Agência assegura a avaliação e gestão de uma grande parte do actual programa-quadro de investigação (7.º PQ).

Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores	Executiva	Foi criada para apoiar a execução do programa de saúde pública da UE.
Agência Executiva do Conselho Europeu de Investigação	Executiva	Gerir as actividades do Conselho Europeu de Investigação.
Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura	Executiva	Tem como missão assegurar a execução de diversas componentes de mais de quinze acções e programas financiados pela União Europeia nos domínios da educação e formação, cidadania activa, juventude, audiovisual e cultura.

#### 4.4.2. Metodologia de elaboração da lista alfabética com as entradas de autoridade e as entradas de referência

Para a elaboração da lista alfabética com as entradas de autoridade e as entradas de referência<sup>41</sup> foram tidos em conta os seguintes procedimentos<sup>42</sup>:

(a) a língua portuguesa foi a escolhida para a designação das entradas de autoridade<sup>43</sup>;

(b) para os organismos centralizados<sup>44</sup> (instituições e órgãos) da UE a escolha da forma do nome foi a correspondente a colectividades-autor dependentes por subordinação<sup>45</sup>;

(c) para os organismos descentralizados<sup>46</sup> (agências) da UE a escolha da forma do nome foi a correspondente a colectividades-autor independentes<sup>47</sup>;

(d) na forma do nome escolhido para o Parlamento Europeu, manteve-se o adjectivo “europeu” por ser a forma mais vulgarmente utilizada e conhecida e, ao contrário da Comissão, não ser um elemento repetitivo;

<sup>41</sup> Vide Apêndice 5.

<sup>42</sup> Estes procedimentos não invalidam as regras estipuladas em 4.3.1.1. no capítulo para a escolha do ponto de acesso autorizado. Os procedimentos enumerados pretendem apenas explicar as opções feitas para os casos apresentados.

<sup>43</sup> Vide RPC, F.C. 2.1.1., p. 90.

<sup>44</sup> Vide capítulo 4.4.1.

<sup>45</sup> Vide RPC, F.C. 2., p. 89.

<sup>46</sup> Vide capítulo 4.4.1.

<sup>47</sup> Vide RPC, F.C. 2., p. 89.



- (e) no caso da Comissão, optou-se pela supressão do adjectivo “europeia” por este ser um elemento repetitivo do ponto de acesso<sup>48</sup>;
- (f) no caso da subordinação das direcções-gerais do Secretariado-Geral do Parlamento Europeu, foi omitida a referência ao Secretariado-Geral, por a sua presença não ser necessária para a sua identificação.
- (g) de acordo com o previsto nas RPC, foram mantidos alguns acrónimos para designar as colectividades, por serem essas as formas pelas quais essas colectividades são mais vulgarmente conhecidas e que costumam utilizar nos documentos produzidos por elas (e.g. Cedefop, Eurostat, Eurojust e Europol)<sup>49</sup>;
- h) o Código de redacção interinstitucional foi adoptado como a principal fonte de informação para o estabelecimento dos nomes, uma vez que este contempla as designações completas e oficiais, as correntes, as abreviadas, e as utilizadas nos actos do Conselho<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> *Vide* RPC, F.C. 2.1., p. 90.

<sup>49</sup> *Vide* RPC, F.C. 2.1., p. 90.

<sup>50</sup> *Vide* Código de Redacção Interinstitucional (2006, cap. 9.5.)

## 5. Gestão dos registos de autoridade

A constatação de que a actualização dos registos de autoridade é um processo contínuo, como HERRERO PASCUAL (1999, p. 51) afirma, tendo em conta que os catálogos são sistemas vivos e abertos que adicionam constantemente novos dados, que pressupõem alterações e revisões dos registos de autoridade, não se pode pensar o catálogo como um sistema estático e fechado, mas pelo contrário, dinâmico e em permanente mudança. Para isso a sua gestão requer a dedicação de pessoal técnico qualificado e a organização de uma área funcional própria dentro da estrutura orgânica dos CDE.

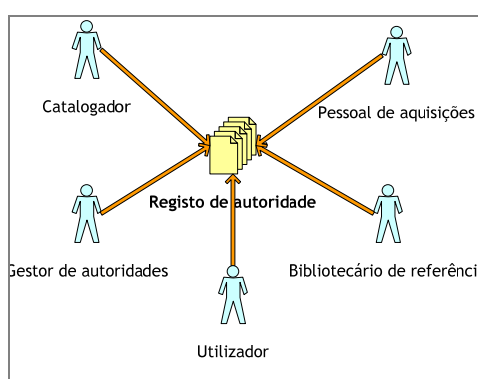


Figura 18 - Utilizadores do registo de autoridade

### 5.1. O gestor de autoridades

Para uma melhor coordenação do trabalho, o CDE deve nomear um responsável pelo controlo dos ficheiros de autoridade, que passaria a ser nomeado como o gestor de autoridades. O gestor de autoridades deve ser a figura encarregada de realizar o controlo de autoridades, i.e., de pesquisar, analisar, normalizar e validar os registos e os pontos de acesso criados pelo catalogador. É, também, o responsável por manter a coerência, a normalização e a actualização do catálogo. Como HERRERO PASCUAL (1999, p. 550) salienta:

«El gestor se encarga de supervisar todo el proceso de normalización, proporcionar consistencia tanto a las autoridades como a las relaciones existentes entre ellas y con los registros bibliográficos, y mantener actualizado continuamente el catálogo adaptándolo a las nuevas informaciones que vayan surgiendo. En definitiva, es el responsable principal de la integridad y consistencia del catálogo de autoridades.»

Para a nomeação desta figura, em princípio, qualquer pessoa que integre o quadro de técnicos superiores<sup>51</sup> do CDE pode ser nomeada. No entanto julgamos que esta figura deve ter um conjunto específico de características que lhe permitam assegurar e gerir o controlo de autoridades da melhor forma. Tendo em conta as características encontradas em HERRERO PASCUAL (1999, p. 550 e ss.), julgamos que o gestor de autoridades deve também:

(1) Ter grande capacidade para a representação e organização abstracta da informação. Este trabalho baseia-se fundamentalmente na identificação, unificação e diferenciação de unidades de informação, assim como no estabelecimento de relações e conexões entre elas.

(2) Ter um bom conhecimento de técnicas de análise documental (catalogação, indexação, classificação) e das linguagens documentais (listas de pontos de acesso de assuntos, classificações documentais e tesauros); das normas (internacionais, nacionais e dos procedimentos e boas práticas utilizados pelo próprio CDE) de aplicação; obras de referência e de consulta (impressas ou electrónicas) que proporcionem informação sobre os pontos de acesso; do programa informático utilizado para a gestão do catálogo bibliográfico e de autoridades.

(3) Ter um bom conhecimento da organização da UE; dos ciclos governamentais das instituições comunitárias (i.e., eleições para o Parlamento Europeu, a escolha e nomeação dos membros da Comissão, etc.); das fontes de informação relacionadas com a UE (o portal *Europa*, e outras fontes de informação electrónica e impressa sobre a UE).

---

<sup>51</sup> Entenda-se pessoal técnico de nível superior especializado, i.e., com pós-graduação ou mestrado nas áreas das ciências da informação e da documentação.

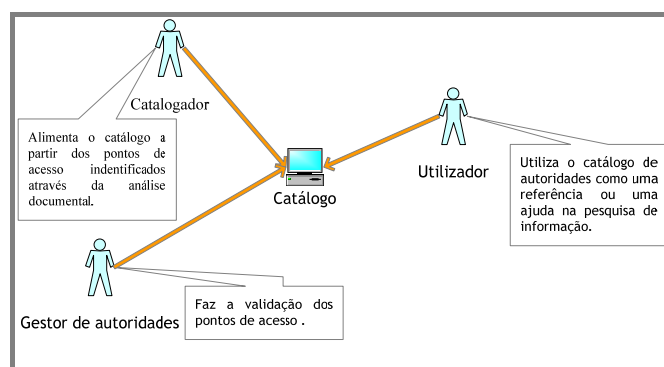


Figura 19 - Acesso ao catálogo de autoridades

## 5.2. Metodologia da gestão do catálogo de autoridades

A gestão do catálogo de autoridades (HERRERO PASCUAL, 1999, p. 551 e ss.) engloba um vasto conjunto de operações fixas. Desde operações puramente técnicas, como a criação, verificação, actualização e validação dos registos, até àquelas que comportam um trabalho mais intelectual, como a elaboração de referências relacionadas, investigação sobre as autoridades, etc. Para uma melhor exposição das tarefas a realizar, adaptamos e propomos o quadro (*Vide* Tabela 7) desenvolvido por HERRERO PASCUAL (1999, p. 552) que estabelece as operações<sup>52</sup> de gestão e manutenção do catálogo de autoridades.

Tabela 7 - Operações de gestão e manutenção do catálogo de autoridades

Gestão		Manutenção	
Efectuadas antes da validação	1. Pesquisa no catálogo	Efectuadas depois da validação	
	2. Criação de registos de autoridade provisórios		1. Modificações
	3. Verificação dos registos de autoridade provisórios		2. Fusões
	4. Estabelecimentos das referências variantes e relacionadas		3. Eliminação de registos
	5. Investigação sobre a autoridade		4. Controlo permanente da consistência
	6. Validação		

<sup>52</sup> Estas operações e a forma como se devem processar estão desenvolvidas no Apêndice 7.

### 5.2.1. Operações de gestão do catálogo de autoridades

Estas operações compreendem a gestão do catálogo e são todas aquelas efectuadas antes da validação do registo de autoridade. De acordo com a Tabela 7, apresentamos as seguintes operações de gestão:

1. Pesquisa no catálogo: antes de qualquer procedimento de criação de registos, o catalogador deve confirmar a sua existência no catálogo. A pesquisa deve ser a mais exaustiva possível, podendo desta forma detectar variantes dos pontos de acesso. A pesquisa de um determinado ponto de acesso pode produzir três situações distintas: a) o ponto de acesso já existe no catálogo, neste caso deve-se seleccionar e ligar ao registo bibliográfico correspondente; b) o ponto de acesso existe no catálogo mas com uma forma diferente da que se quer criar, neste caso, será necessário modificar o registo de autoridade existente. O catalogador deve seleccionar a entrada já incluída no catálogo, mas deverá informar<sup>53</sup> o gestor de autoridades, sendo este quem posteriormente determinará qual das formas deve passar a autorizada ou não autorizada do ponto de acesso; c) o ponto de acesso não se encontra no catálogo, isto implica a criação de um registo de autoridade novo.

2. Criação de um registo de autoridade provisório: uma vez comprovado que o ponto de acesso não se encontra no catálogo, o catalogador deve criar um registo de autoridade novo. Este registo terá um carácter provisório até que seja verificado e validado pelo responsável de gestão de autoridades. Este registo provisório deve conter, pelo menos, os seguintes dados: a) a autoridade estabelecida como provisória (campo 210); b) quando aparecem outras variantes do ponto de acesso no documento, estas devem ser inseridas como formas não autorizadas (campo 410); c) fazer a citação do documento onde aparece a autoridade (campo 810); d) inserir, também, os dados biográficos ou históricos que aparecem no documento sobre a autoridade, que podem servir para identificar com maior precisão o ponto de acesso (campo 340); e) a posição do carácter 17 (nível de codificação), da etiqueta de registo, deve ser preenchida com o código "3" que indica que o registo não

---

<sup>53</sup> Através do *Formulário de proposta de alteração de registo de autoridade* (vide Apêndice 6).

contém dados completos porque não foi ainda levado a cabo o adequado trabalho de referência; e) a posição do carácter 8 (código do estado do ponto de acesso controlado), do campo 100 (dados gerais de processamento), deve ser preenchida com o código “c” que indica que o ponto de acesso é provisório.

3. Verificação dos registos de autoridade provisórios: operação realizada exclusivamente pelo gestor de autoridades. Consiste em rever e completar os registos de autoridades provisórios criados pelo catalogador. O gestor de autoridades deve executar os seguintes procedimentos: a) comprovar se a pesquisa do ponto de acesso, executada pelo catalogador, foi efectuada de forma correcta ou não, para evitar que tenham sido criados registos para pontos de acesso que já existiam. Esses registos de autoridades repetidos ou duplicados devem ser detectados pelo gestor nesta etapa e deverão ser unificados mediante a operação de manutenção designada por fusão (de registos)<sup>54</sup>; b) o passo seguinte é comprovar se a autoridade que o catalogador deu como provisória está determinada, redigida e codificada de forma correcta; c) corrigir os erros detectados e completar a autoridade, juntando-lhe os elementos que sejam necessários para assegurar a sua consistência e uniformidade (e.g. datas, qualificadores, elementos diferenciadores, etc.). Nesta etapa, poderá também substituir o ponto de acesso que o catalogador considerou válido por outro que considere mais apropriado.

4. Estabelecimentos das formas variantes e relacionadas: nesta fase o gestor deve estabelecer as pistas para as formas variantes “Ver” e para as relacionadas “Ver também”, que devem ser inseridas de forma adequada e criar um novo registo, se conveniente, para cada uma das formas de autoridades relacionadas.

5. Investigação sobre a autoridade: para assegurar a consistência das autoridades, para que estas possam ser perfeitamente unificadas e diferenciadas no catálogo, devem ser tidos em contas os seguintes procedimentos: a) verificação de que o registo de autoridade está

---

<sup>54</sup> Esta operação está descrita no capítulo 5.2.2.

perfeitamente identificado e congrega todas as variantes para o ponto de acesso determinado; b) verificação de que a autoridade está perfeitamente diferenciada e não é susceptível de ser confundida com outra; c) recompilação da informação que sirva para identificar com maior precisão a autoridade. No caso das colectividades, esta informação pode ser do tipo histórico ou administrativo, para localizar estes dados o gestor deve consultar as páginas oficiais dos órgãos e instituições da UE e as fontes de referência e de consulta estabelecidas<sup>55</sup>.

6. Validação: esta etapa consiste na aprovação do registo, para que este possa ser utilizado sem nenhuma restrição por parte do catalogador e dos utilizadores em geral. A validação do registo de autoridade provisório significa que este se converte em definitivo, depois de ser revisto, modificado (se necessário) e completado. Para validar o registo a posição do carácter 17 (nível de codificação), da etiqueta de registo, deve ser preenchida com o código “#” que indica que o registo contém os dados necessários, incluindo as pistas de referência aplicáveis e a posição do carácter 8 (código do estado do ponto de acesso controlado), do campo 100 (dados gerais de processamento), deve ser preenchida com o código “a” que indica que o ponto de acesso está estabelecido.

### 5.2.2. Operações de manutenção do catálogo de autoridades

A manutenção do catálogo de autoridades comporta todas aquelas operações de controlo que se realizam sobre os registos de autoridade que já foram validados. As operações de manutenção devem ser sempre realizadas pelo gestor de autoridades. De acordo com a Tabela 7, propomos as seguintes operações de manutenção:

1. Modificações: as modificações ou actualizações de um registo de autoridade podem acontecer em três situações: a) quando se encontra uma nova variante da autoridade que não aparece reconhecida no registo; b) quando se obtém uma informação adicional sobre a autoridade que pode servir para melhorar ou completar o registo; c) quando o aparecimento de uma nova

---

<sup>55</sup> *Vide* capítulo 4.2.

autoridade provoca uma situação de homonímia que é necessário resolver. Geralmente é o catalogador que detecta novas variantes da autoridade ou informação adicional sobre a mesma, pelo que deverá comunicar ao gestor para que este actualize devidamente o registo. Para esta comunicação deve ser utilizado o formulário electrónico<sup>56</sup> disponível na página da Intranet<sup>57</sup> de apoio à criação de registos de autoridade. O gestor depois de receber o formulário deve analisar a proposta e efectuar as alterações adequadas.

2. Fusão: esta operação consiste na unificação de registos repetidos que existam na base<sup>58</sup>. Antes de se fazer a fusão dos registos, deve-se determinar qual o registo considerado como válido (para onde se transfere a informação) e o registo considerado como não válido (o que vai ser transferido). A fusão implica a substituição de um registo de autoridade por outro. Isto significa que os registos bibliográficos associados à autoridade transferida, passam automaticamente a estar associados ao registo considerado como válido. Como a fusão implica que estamos a fazer, não só, uma modificação da informação do registo de autoridade, mas também, de todas as suas conexões com os registos bibliográficos, importa, portanto, salientar que esta operação deve ser realizada com o máximo de controlo e cautela.

3. Eliminação de registos: apesar de não ser uma operação frequente, porque, como vimos no ponto anterior, quando se deseja substituir uma autoridade por outra, basta realizar uma fusão. De qualquer forma, poderá haver a necessidade de eliminar registos de autoridade que se considerem inapropriados, obsoletos ou desnecessários. Devemos advertir que a eliminação de um registo de autoridade implica a eliminação automática dessa autoridade de cada um dos registos bibliográficos a que esteja vinculada.

---

<sup>56</sup> Vide Apêndice 6.

<sup>57</sup> Vide Apêndice 8.

<sup>58</sup> A existência de registos duplicados na base é um problema frequente que pode ter origem em diversas causas: o catalogador pode ter feito uma pesquisa pouco exaustiva no catálogo e criado um novo ponto de acesso; o catalogador pode ter interpretado a autoridade como parecida à existente, mas como não tinha dados suficientes para a definir, acabou por criar um registo novo; um mesmo ponto de acesso pode estar representado no catálogo através de formas totalmente distintas, que ainda não tinham sido detectadas ou unificadas.



4. Controlo permanente da consistência: mediante esta operação, o gestor de autoridades, comprova que os registos cumprem a condição de serem únicos e inconfundíveis no catálogo. Serve, também, para fazer uma revisão das referências de "*Ver*" e de "*Ver também*", se são adequadas e, no caso das segundas, se cumprem o princípio da reciprocidade. Uma boa forma de detectar inconsistências é percorrendo (*browse*) o índice de autoridades, esta operação deve ser feita frequentemente<sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup> Aconselhamos o estabelecimento de uma rotina, i.e. a calendarização da operação de *browsing*.

## Conclusões e recomendações

Neste capítulo pretendemos fazer uma análise detalhada dos objectivos iniciais e dos resultados alcançados através das metodologias desenvolvidas. Pretendemos, também, evidenciar algumas recomendações a adoptar em futuras evoluções do trabalho relativo à base de autoridades da BNIE e, também, salientar alguns problemas e limitações encontrados durante a elaboração do relatório.

O relatório foi desenvolvido em cinco capítulos. No primeiro capítulo fizemos a introdução ao tema, bem como a sua justificação, a problemática abordada e as metodologias adoptadas. No segundo capítulo fez-se o enquadramento institucional da instituição hospedeira, a tipologia do seu fundo documental, serviço que presta aos seus utilizadores, entre outros. No terceiro capítulo foi feita a revisão da literatura normativa e específica, tentando, por um lado, enquadrar na temática os principais documentos nacionais e internacionais que estipulam normas e recomendações a seguir, por outro lado, tentou-se, através de leituras de documentos elaborados por especialistas da área, perceber a importância para as bibliotecas e para os seus utilizadores do controlo de autoridades e dos registos de autoridades. Neste capítulo ficou estipulado, portanto, o quadro normativo a utilizar no âmbito da BNIE: as RPC (1999) para a determinação dos cabeçalhos e para a escolha da forma dos pontos de acesso; o Unimarc autoridades (IFLA, 2008a) enquanto formato de codificação dos registos de autoridade; os FRAD (IFLA, 2007) como modelo conceptual presente nos registos de autoridades; as GARR (IFLA, 2001a) enquanto modelo para a visualização dos registos; e, finalmente, os *Mandatory data elements* (IFLA, 1998) como referência para a partilha de dados. No quarto capítulo foi enumerado um conjunto de especificações para a construção dos registos de autoridade: o alcance e o nível de exaustividade; as fontes de referência e de consulta a utilizar; recomendações para a escolha do ponto de acesso autorizado; como preencher as etiquetas Unimarc nos registos de autoridade; as entradas de autoridade de autor-colectividade da União Europeia. Por fim, no capítulo cinco demonstrámos a importância da gestão do controlo dos registos de autoridade, o que implica a nomeação de um gestor de autoridades, a metodologia a desenvolver para essa gestão e,

consequentemente, especificámos as operações de gestão e as operações de manutenção do catálogo de autoridades.

As principais conclusões obtidas com este relatório, servem também de resposta à pergunta sobre qual a forma autorizada dos pontos de acesso de autor-colectividade da UE. As pesquisas elaboradas aos *web* OPAC dos CDE<sup>60</sup> nacionais demonstraram uma grande inconsistência, reflectida na enorme variedade de formas de acesso para a mesma entidade. Para responder a esta divergência de tratamento foi elaborada uma lista alfabética com as entradas de autoridade e as entradas de referência<sup>61</sup>. Esta lista alfabética irá servir para normalizar a escolha da forma dos pontos de acesso autorizados das colectividades-autor da UE.

Para a implementação de registos de autoridade na BNIE definimos os seguintes critérios<sup>62</sup>:

(a) o alcance do controlo dos pontos de acesso vai ser, nesta primeira fase, selectivo<sup>63</sup>, abrangendo apenas os órgãos, as instituições e as agências da União Europeia<sup>64</sup>;

(b) foi estipulado que, nesta primeira fase de implementação do ficheiro de autoridades, seriam criados apenas registos de entrada de autoridade;

(c) tendo em conta os factores<sup>65</sup> que influenciam o nível de exaustividade a implementar, optou-se pelo nível intermédio<sup>66</sup>;

(d) o procedimento a adoptar na constituição dos dados paralelos, deve ser o previsto na opção 2 (IFLA, 2008a, p. 38), que prevê que os pontos de

---

<sup>60</sup> *Vide* Apêndice 4.

<sup>61</sup> *Vide* Apêndice 5.

<sup>62</sup> Os critérios propostos tiveram por base a situação actual do CDE, do ponto de vista dos recursos humanos e materiais disponíveis. Tiveram por base o pressuposto que estes critérios implicavam um custo de implementação menos elevado, e permitiam, nesta primeira fase, um mais rápido desenvolvimento do processo de criação dos registos de autoridade.

<sup>63</sup> Será alargado, numa segunda fase, aos restantes pontos de acesso.

<sup>64</sup> *Vide* apêndices 1, 2 e 3.

<sup>65</sup> Para uma análise mais detalhada destes factores *vide* capítulo 4.1.2.

<sup>66</sup> Para uma análise mais detalhada do nível a implementar *vide* capítulo 4.1.2.

acesso paralelos, registados no bloco 210, podem ser tratados como simples variantes através do preenchimento do campo 410;

(e) foram designadas as principais fontes de referência e de consulta e as respectivas formas de citação nos registos de autoridade<sup>67</sup>;

(f) definiram-se as regras a utilizar para a escolha dos pontos de acesso autorizados<sup>68</sup>;

(g) foi criado um exemplo de um registo de autoridade completo<sup>69</sup> com indicações e observações a ter em conta no preenchimento das etiquetas Unimarc<sup>70</sup>;

(h) foi elaborado um formulário de proposta de alteração dos registos de autoridade<sup>71</sup>, a inserir na estrutura da Intranet do CDEULL; (h) foi definida a metodologia a utilizar no processo do controlo de autoridades, bem como as operações de gestão e de manutenção a desenvolver<sup>72</sup>; h) foi feito, por último, o perfil do gestor de autoridades<sup>73</sup>.

Na sequência dos trabalhos de realização deste relatório enumerámos algumas indicações que julgamos pertinentes para futuros desenvolvimentos da base de autoridades, a saber:

(1) o nível de exaustividade deve ser o nível completo ou de intercâmbio internacional. Esta medida justifica-se pelo facto da BNIE poder vir a ter uma amplitude internacional<sup>74</sup> e a troca e o intercâmbio de registos poder vir a ser um factor decisivo do sucesso da base;

(2) a utilização dos três tipos de registos de autoridade: registos de entradas de autoridade, registos de entrada de referência e registos de entrada explicativa geral;

---

<sup>67</sup> Vide tabela 3 do capítulo 4.2.

<sup>68</sup> Vide capítulo 4.3.1.1.

<sup>69</sup> Vide Apêndice 9.

<sup>70</sup> Vide capítulo 4.3.1.2.

<sup>71</sup> Vide Apêndice 6.

<sup>72</sup> Vide capítulo 5.2.1. e 5.2.2.

<sup>73</sup> Vide capítulo 5.1.

<sup>74</sup> Com o alargamento a outros países de língua oficial portuguesa.

(3) alargamento da lista alfabética com as entradas de autoridade e as entradas de referência aos tratados europeus, às reuniões do Conselho Europeu, e às presidências do Conselho da UE;

(4) criação de uma área na Intranet<sup>75</sup> do CDEULL, reservada às autoridades, acessível a todos os CDE participantes. Esta página deve ser alimentada com toda a informação necessária para a criação, gestão e manutenção dos registos de autoridade, bem como com o *Formulário de proposta de modificação do registo de autoridade*<sup>76</sup>.

Durante o desenvolvimento do estágio e do relatório foram, também, registados algumas questões que de alguma forma limitaram o seu bom andamento, a saber:

(1) atraso na implementação da versão 18 do Aleph, uma vez que era a partir desta versão que se pretendia fazer a implementação da base de autoridades;

(2) foram também detectados alguns problemas relativamente à base de dados de autoridades, mais especificamente relacionados com o formato Unimarc e com a visualização no módulo de pesquisa dos registos. Em sequência disso, elaboramos um relatório de ocorrências<sup>77</sup>, que posteriormente foi enviado para normalização à Datinfor<sup>78</sup>.

Numa altura em que a Internet aparece como principal recurso/fonte de informação, tendo em conta, ainda, os desenvolvimentos da *web* semântica, os registos de autoridade devem impor-se enquanto recursos de informação e não, apenas, enquanto elementos de gestão das bases de dados bibliográficas, por outro lado esta constatação vem reforçar a necessidade do controlo de autoridades, da consistência e da normalização da construção dos próprios registos de autoridade.

A recuperação da informação é o objectivo principal de qualquer serviço de documentação e informação, de acordo com isso, o

---

<sup>75</sup> Vide Apêndice 8.

<sup>76</sup> Vide Apêndice 6.

<sup>77</sup> Vide Apêndice 10.

<sup>78</sup> Empresa que representa em Portugal o Aleph e é responsável pela sua implementação e manutenção.

estabelecimento de pontos de acesso, assume uma importância crucial. A eficácia da resposta a fornecer é totalmente condicionada pela decisão tomada no estabelecimento da forma do ponto de acesso. A normalização de procedimentos no estabelecimento dos pontos de acesso surge, assim, como uma necessidade intrínseca aos próprios processos de catalogação dos registos de autoridade, de forma a garantir sempre a mesma forma para o mesmo tipo de situações, evitando toda uma variedade de nomes por que podem ser designadas ou conhecidas as colectividades da UE. Sendo assim, os registos de autoridade constituem-se, por um lado, como ferramentas que habilitam os técnicos dos CDE a estabelecer pontos de acesso unívocos para os documentos referenciados nas bases bibliográficas e, por outro, providenciam aos utilizadores referências relacionadas e variantes que os orientam nas suas pesquisas, permitindo-lhes alargá-las ou restringi-las, garantindo a ausência de silêncio e de ruído.

O controlo de autoridades é um procedimento caro, no entanto, julgamos que a inexistência de controlo acaba por sair mais caro, quer ao CDE, quer ao conjunto dos seus utilizadores. O fracasso numa pesquisa, por parte de um utilizador, tem um custo acrescido para o CDE, por isso quanto mais rigoroso for o controlo de autoridades mais sucesso haverá nos resultados das pesquisas. O controlo de autoridades vai aumentar a integridade dos ficheiros e a rapidez da pesquisa, reduzindo a duplicação e a redundância (CLACK 1990, p. 9)

A gestão dos registos de autoridade não se limita a uma questão de normalização dos sistemas, muito para além disso, é também uma questão de normalização de procedimentos e implica a criação de uma estrutura organizativa. Quando se desencadeia o processo de controlo de autoridades, há decisões que devem ser tomadas previamente: qual o técnico responsável pelo controlo de autoridades e qual a metodologia a aplicar na gestão e manutenção dos registos.

Para finalizar e em resumo, podemos dizer que o controlo de autoridades deve ter os seguintes objectivos:

- (a) dar consistência e integridade à BNIE;
- (b) conseguir melhorar a precisão na recuperação da informação;
- (c) ajudar o trabalho de referência;

(d) facilitar o intercâmbio de informação bibliográfica e com isso diminuir os custos da catalogação.

O ficheiro de autoridades, deve ter as seguintes funções:

(a) servir de documentação do catalogador nas decisões de escolha da forma do ponto de acesso;

(b) ser uma ferramenta de referência para a catalogação e indexação na altura de seleccionar um ponto de acesso;

(c) controlar as formas dos pontos de acesso, para que estas sejam únicas, diferenciadas e uniformes.

Como nota final, salientamos que o modelo que venha a ser desenvolvido, deve ser pensado no âmbito das necessidades dos utilizadores e preconizar o estabelecido pelos FRAD que definem as operações genéricas efectuadas pelos utilizadores (IFLA, 2007, p. 50): (1) encontrar; (2) identificar; (3) contextualizar; (4) justificar.

---

## Bibliografia

BELL, Barbara (1998) - An annotated guide to current national bibliographies. 2nd ed. München : K.G. Saur.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (2006) - Indexação : terminologia e controlo de autoridades (manual). Org. e sel. Manuela Santos. Lisboa : BNP.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (2005) - Recomendações para a construção de registos de autoridade de autor pessoa física. Lisboa : BNP.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE (2008) - Autorités [Em linha] : RAMEAU, autorités BnF. Paris : BnF. [Consultado em 27 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em:  
<<http://www.bnf.fr/pages/zNavigat/frame/infopro.htm?ancr=autorites/autorites.htm>>

BOURDON, Françoise (1993) - International cooperation in the field of authority data : an analytical study with recommendations. Munich : K.G. Saur.

BOURDON, Françoise (2001) - Functional requirements and numbering of authority records (FRANAR) : to what extent authority control can be supported by technical means? In IFLA COUNCIL AND GENERAL CONFERENCE, 67th, Boston, 2001 - Libraries and librarians [Em linha]: making a difference in the Knowledge Age. [Consultado em 28 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: < <http://www.ifla.org/IV/ifla67/>>

BURGER, Robert H. (1985) - Authority work : the creation, use, maintenance, and evaluation of authority records and files. Littleton : Libraries Unlimited.

CAMPOS, Fernanda Guedes de (2003) - Controlo de autoridade : novos contextos e soluções. . In JORNADAS PORBASE, 9, Lisboa - Novos contextos



para a cooperação [Em linha]. Lisboa : BN. [Consultado em 28 Abril 2008]. Disponível na Internet em:  
<<http://purl.pt/331/1/docs/comunicacao/12manha/controlodeautoridade.doc>>.

CLACK, D.H. (1990) - Authority control : principles, applications and instructions. Chicago : American Library Association.

DANSKIN, Alan (1996) - International standards in authority data control : costs and benefits In IFLA GENERAL CONFERENCE, 62nd, Beijing, 1996 - The challenge of change : libraries and economic development. [Consultado em 28 de Abril de 2008]. Disponível na Internet em:  
<<http://www.ifla.org/IV/ifla62/62-dana.htm>>.

GALVÃO, Rosa Maria (1991) - Comunidades Europeias : entradas de autoridade. Lisboa : BNP.

GALVÃO, Rosa Maria (2003a) - O UNIMARC num contexto de cooperação: evolução do formato. In JORNADAS PORBASE, 9, Lisboa - Novos contextos para a cooperação [Em linha]. Lisboa : BNP. [Consultado em 28 Fevereiro 2008]. Disponível na Internet em:  
<[URL:http://purl.pt/331/1/docs/comunicacao/11manha/unimarcnumcontextodecooperacao.doc](http://purl.pt/331/1/docs/comunicacao/11manha/unimarcnumcontextodecooperacao.doc)>.

GALVÃO, Rosa Maria (2003b) - UNIMARC/Autoridades : novos desenvolvimentos. In JORNADAS PORBASE, 9, Lisboa - Novos contextos para a cooperação [Em linha]. Lisboa : BNP. [Consultado em 28 Fevereiro 2008]. Disponível na Internet em:  
<<http://purl.pt/331/1/docs/comunicacao/12manha/unimarcautoridades.doc>>

GASCÓN GARCÍA, Jesús (2000?) - Principios y fundamentos de la catalogación [Em linha]. Barcelona : Universitat Oberta de Catalunya. [Consultado em

13 de Novembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://cv.uoc.es/cdocent/WCRP5S2188VL8RYMO43G.pdf>>.

HERRERO PASCUAL, Cristina (1999) - El control de autoridades. Anales de documentación. Madrid. 2 (1999) 121-136.

IFLA (2008a) - Manual UNIMARC : formato autoridades. Lisboa : BNP.

IFLA (2008b) - Requisitos funcionais dos registos bibliográficos. Lisboa : BNP.

IFLA (2007) - Functional requirements for authority data [em linha] : a conceptual model. Dublin : IFLA, 2007. [Consultado em 28 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.ifla.org/VII/d4/wg-franar.htm>>.

IFLA (2002) - Manual UNIMARC. Lisboa : BNP.

IFLA (2001a) - Guidelines for authority records and references. München : K.G. Saur.

IFLA (2001b) - Structures of corporate name headings [Em linha]. The Hague : IFLA, 2001 [Consultado em 13 de Novembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.ifla.org/VII/s13/scatn/final2000.htm>>.

IFLA (1998) - Mandatory data elements for internationally shared resource authority records. Frankfurt : IFLA.

IFLA (1996) - Names of person : national usages for entry in catalogues. 4<sup>th</sup> ed. München : K.G. Saur.

JIMÉNEZ PELAYO, Jesús [et al.] (2002) - El catálogo de autoridades : creación y gestión en unidades documentales. Gijón : Trea.

LESSARD-HÉBERT, Michelle [et al.] (2005). Investigação qualitativa : fundamentos e práticas. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Instituto Piaget.

MARAIS, Hester (2004) - Authority control in an academic library consortium using a union catalogue maintained by a central office for authority control [Em linha]. South Africa : [s.n.], 2004. [Consultado em 28 Abril 2008]. Disponível na Internet em:  
<<http://etd.unisa.ac.za/ETD-db/theses/available/etd-11302004-171121/unrestricted/thesis.pdf>>.

PLASSARD, Marie-France (2004) - IFLA and authority control. In Authority control : definition and international experiences [Em linha]. Florence : Università degli studi di Firenze [Consultado em 28 Abril 2008]. Disponível na Internet em: < [http://www.sba.unifi.it/ac/relazioni/plassard\\_eng.pdf](http://www.sba.unifi.it/ac/relazioni/plassard_eng.pdf)>

QUIVY, Raymond [et al.] (1992) - Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa : Gradiva.

Reglas de catalogación (1999). Ed. nuevamente rev. Madrid : Ministerio de Educación y Cultura.

Regras portuguesas de catalogação (1999). 3.<sup>a</sup> reimp. Lisboa : BNP.

SARMENTO, Manuela (2008) - Guia prático sobre a metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada. Lisboa : Universidade Lusíada.

TILLET, Barbara B. (2004) - Un fichero de autoridades internacional virtual. In TILLET, Barbara B., GÖMPEL, Renate, OEHLISCHLÄGER, Susanne - Principios de catalogación de IFLA : pasos hacia un código internacional de catalogación. The Hague : IFLA, 2004. P. 95-107.

UNIÃO EUROPEIA (2008) - Europa [Em linha] : o portal da União Europeia. Luxemburgo : UE. [Consultado em 28 Abril 2008]. Disponível em: <[http://europa.eu/index\\_pt.htm](http://europa.eu/index_pt.htm)>.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão (2006) - Como funciona a União Europeia : guia das instituições da União Europeia. Luxemburgo : SPOCE.

UNIÃO EUROPEIA. Serviço das Publicações Oficiais (2006) - Código de redacção interinstitucional [Em linha]. Luxemburgo : SPOCE. [Consultado em 2 Janeiro 2009]. Disponível em: <<http://publications.europa.eu/code/pt/pt-000100.htm>>.

---

## Lista de figuras

Figura 1 - Preenchimento da etiqueta de registo (LDR) .....	25
Figura 2 - Preenchimento da etiqueta 100 .....	26
Figura 3 - Preenchimento das etiquetas 101, 102, 106, 150 e 152 .....	26
Figura 4 - Preenchimento da etiqueta 210 .....	26
Figura 5 - Preenchimento da etiqueta 300 .....	27
Figura 6 - Preenchimento da etiqueta 305 .....	27
Figura 7 - Preenchimento da etiqueta 340 .....	27
Figura 8 - Preenchimento da etiqueta 410 .....	27
Figura 9 - Preenchimento da etiqueta 510 .....	28
Figura 10 - Preenchimento da etiqueta 801 .....	28
Figura 11 - Preenchimento da etiqueta 810 .....	28
Figura 12 - Preenchimento da etiqueta 830 .....	28
Figura 13 - Preenchimento da etiqueta 856 .....	29
Figura 14 - Registo de autoridade n.º 5: União Europeia. Comissão .....	30
Figura 15 - Registo de autoridade n.º 6: Comunidade Europeia. Comissão ....	30
Figura 16 - Índice das autoridades com as pistas de referência "usado por" e "ver também" .....	30
Figura 17 - Índice de autoridades com as pistas de referência "ver" e "ver também" .....	30
Figura 18 - Utilizadores do registo de autoridade .....	38
Figura 19 - Acesso ao catálogo de autoridades .....	40

## Lista de tabelas

Tabela 1 - Relações estabelecidas entre colectividades .....	17
Tabela 2 - Símbolos utilizados pela GARR .....	18
Tabela 3 - Lista de fontes de referência e de consulta .....	23
Tabela 4 - Instituições da UE .....	32
Tabela 5 - Órgãos da UE .....	32
Tabela 6 - Agências da UE.....	33
Tabela 7 - Operações de gestão e manutenção do catálogo de autoridades ..	40

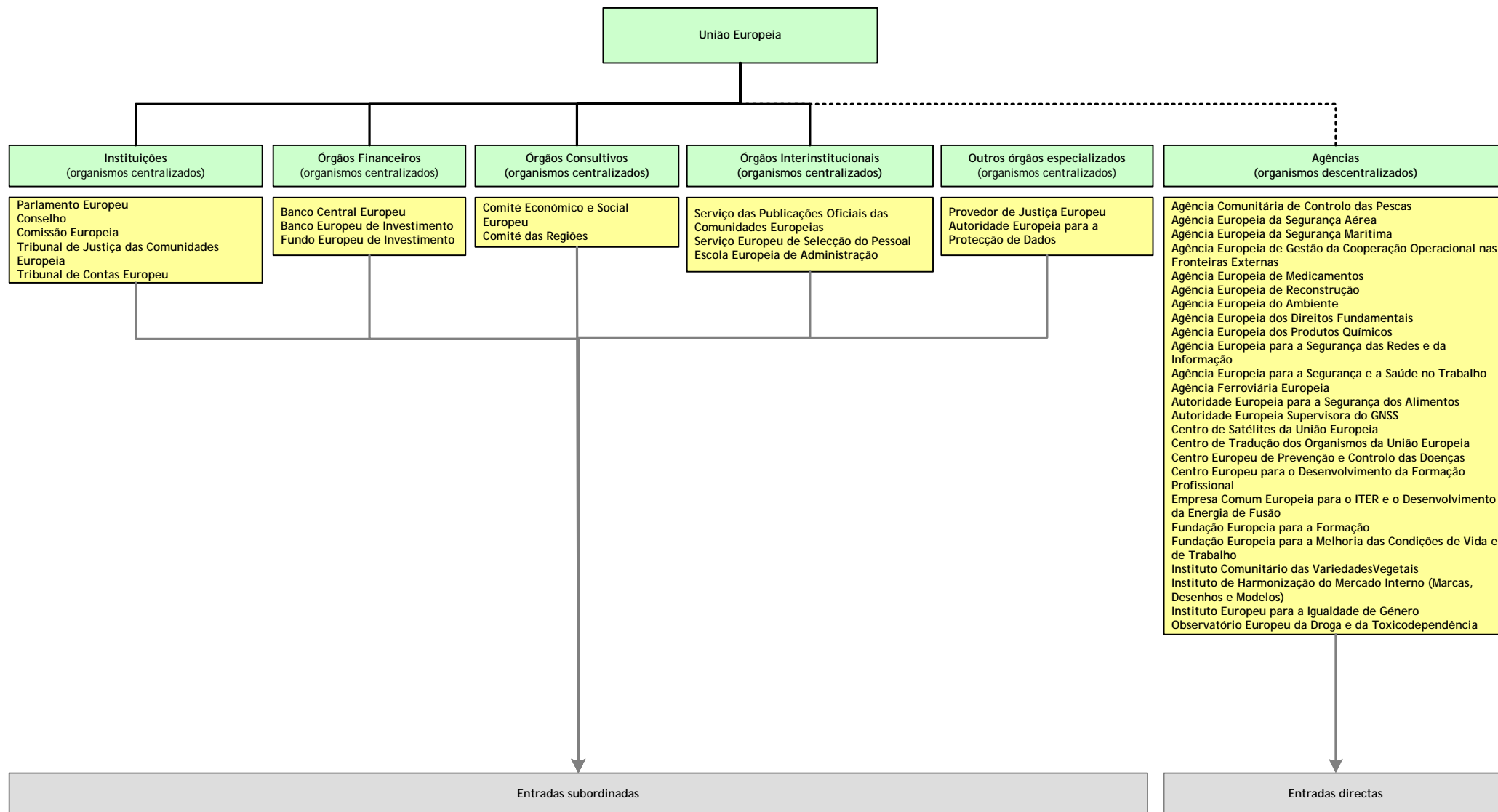
## Apêndices

## Apêndice 1. Esquema geral das instituições, órgãos e agências subordinadas à União Europeia



# APÊNDICE 1

## Esquema geral das instituições, órgãos e agências subordinadas à União Europeia<sup>1</sup>



**Fontes:**  
 Portal Europa ([http://europa.eu/index\\_pt.htm](http://europa.eu/index_pt.htm))  
 EU Whoiswho - Lista de contactos oficial da União Europeia (<http://europa.eu/whoiswho/whoiswho.html>)

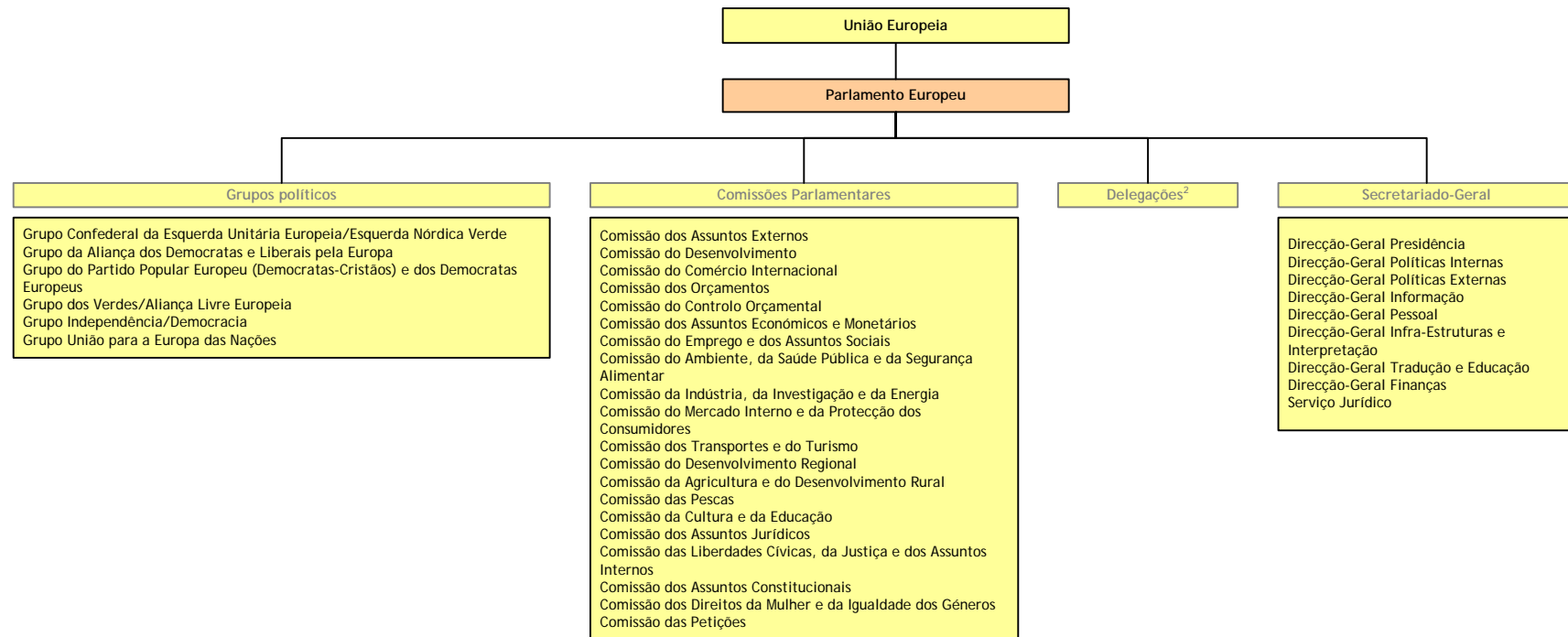
**Observações:**  
 1. O esquema respeita a divisão e as designações estabelecidas pela UE (instituições, órgãos e agências).

**Notas:**  
 1. Situação actual.

## Apêndice 2. Esquema geral das entidades (agências, direcções-gerais e serviços) subordinadas ao Parlamento Europeu

## APÊNDICE 2

### Esquema geral das entidades (agências, direcções-gerais e serviços) subordinadas ao Parlamento Europeu<sup>1</sup>



#### Fontes:

Parlamento Europeu (<http://www.europarl.europa.eu>)  
EU Whoiswho - Lista de contactos oficial da União Europeia (<http://europa.eu/whoiswho/whoiswho.html>)

#### Observações:

1. Foram retirados os artigos das entradas das DG;
3. Não foram contemplados os cargos (como o Presidente, Comissários, etc.);
4. O esquema respeita a divisão e as designações estabelecidas pelo PE (grupos políticos, comissões parlamentares, delegações e secretariado-geral).

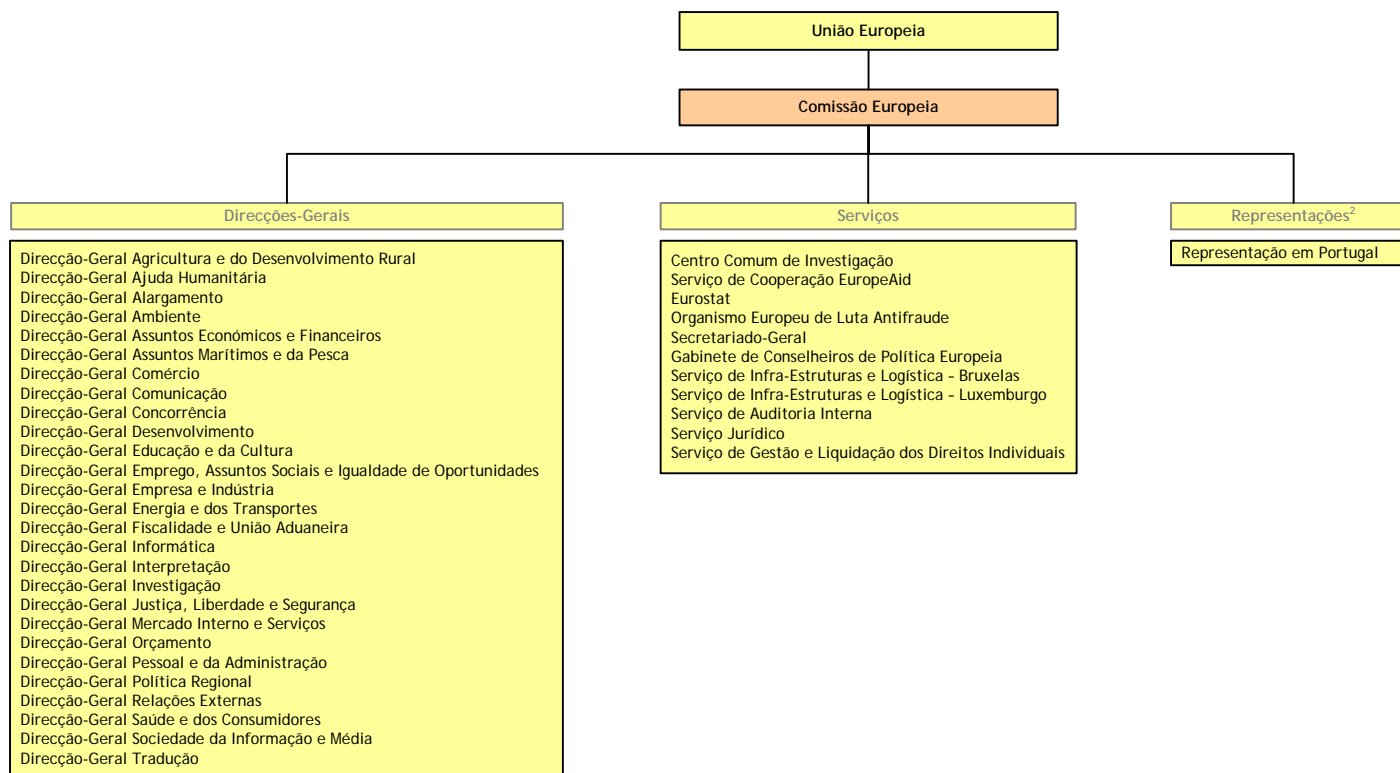
#### Notas:

1. Situação actual, relativa às últimas eleições ocorridas em Junho de 2004.
2. Não foram enumeradas por não produzirem documentação relevante que possa vir a ser alvo de tratamento documental no âmbito da BNIE.

### Apêndice 3. Esquema geral das entidades (direcções-gerais, serviços e representações) subordinadas à Comissão Europeia

## APÊNDICE 3

### Esquema geral das entidades (direcções-gerais, serviços e representações) subordinadas à Comissão Europeia<sup>1</sup>



#### Fontes:

Comissão Europeia ([http://ec.europa.eu/dgs\\_pt.htm](http://ec.europa.eu/dgs_pt.htm))  
EU Whoiswho - Lista de contactos oficial da União Europeia (<http://europa.eu/whoiswho/whoiswho.html>)

#### Observações:

1. Foram retirados os artigos das entradas das DG;
2. Foi omitido o SPOCE, apesar de aparecer na estrutura da CE, é considerado um órgão interinstitucional (*Vide* Apêndice 1);
3. Não foram contemplados os cargos (e.g. Presidente, Comissários, etc.);
4. O esquema respeita a divisão e as designações estabelecidas pela CE (direcções-gerais, serviços e representações).

#### Notas:

1. Situação relativa à "Comissão Barroso", que foi eleita em 2004 por um período de 5 anos;
2. Foi mencionada apenas a Representação em Portugal da CE, por a partida poder ser a única que irá produzir documentos recebidos pelos CDE nacionais, no entanto a forma repete-se para os outros Estados-membro.

## Apêndice 4. Forma das entradas das colectividades-autor utilizadas pelos CDE nacionais

## Apêndice 4

### Forma das entradas das colectividades-autor utilizadas pelos CDE nacionais<sup>1</sup>

CDE	Forma do cabeçalho	Forma		Observações
		Directa	Indirecta	
Universidade Lusíada do Porto	Agências	x		Os pontos de acesso são feitos, na grande maioria, de forma directa. Apresenta alguma inconsistência no estabelecimento da forma autorizada dos pontos de acesso.
	Comissão	x		
	Conselho da União Europeia	x		
	Direcções-Gerais	x	x	
	Parlamento Europeu	x		
Universidade Lusíada de Lisboa	Agências		x	Os pontos de acesso são todos feitos através da subordinação. Existe uma lista controlada com os pontos de acesso da UE.
	Comissão		x	
	Conselho da União Europeia		x	
	Direcções-Gerais		x	
	Parlamento Europeu		x	
Instituto Nacional de Administração	Agências	x	x	Existem entradas para a forma directa e para a forma subordinada. Inclui entradas em outras línguas (francês e inglês). Muita inconsistência no estabelecimento da forma autorizada para os pontos de acesso.
	Comissão	x	x	
	Conselho da União Europeia	x	x	
	Direcções-Gerais	x	x	
	Parlamento Europeu	x		
Universidade Católica Portuguesa (Lisboa)	Agências		x	Os pontos de acesso são feitos através da subordinação, inclusive as agências. Abreviaram a designação das direcções-gerais para "DG". Os pontos de acesso apresentam bastante consistência.
	Comissão		x	
	Conselho da União Europeia		x	
	Direcções-Gerais		x	
	Parlamento Europeu		x	
Universidade Católica Portuguesa (Porto)	Agências	x		Os pontos de acesso são feitos de forma directa, incluindo em inglês e em francês. No entanto, as direcções-gerais entram de
	Comissão	x		
	Conselho da União Europeia	x		

<sup>1</sup> Pesquisas realizada entre Dezembro de 2008 e Janeiro de 2009. As pesquisas desenvolvidas contemplaram as várias formas dos cabeçalhos (directa e indirecta) na interrogação das bases.

	Direcções-Gerais	x	x	forma directa e subordinadas à Comissão.
	Parlamento Europeu	x		
Universidade de Coimbra	Agências	x		Os pontos de acesso são feitos de forma directa, inclusive as direcções-gerais, com algumas entradas em inglês.
	Comissão	x		
	Conselho da União Europeia	x		
	Direcções-Gerais	x		
	Parlamento Europeu	x		
Universidade de Lisboa	Agências	x	x	Tem registos de autoridade. No entanto apresentam várias formas para os pontos de acesso da UE. Inclusive entradas de forma directa e indirecta.
	Comissão	x	x	
	Conselho da União Europeia	x	x	
	Direcções-Gerais	x	x	
	Parlamento Europeu	x	x	
Universidade dos Açores	Agências	x		Os pontos de acesso são feitos de forma directa, inclusive as direcções-gerais, com algumas entradas em inglês e em francês. Muita inconsistência no estabelecimento da forma autorizada para os pontos de acesso.
	Comissão	x		
	Conselho da União Europeia	x		
	Direcções-Gerais	x		
	Parlamento Europeu	x		
Universidade do Porto	Agências			A pesquisa na devolveu resultados.
	Comissão			
	Conselho da União Europeia			
	Direcções-Gerais			
	Parlamento Europeu			
Universidade do Minho	Agências			WebOPAC em reestruturação.
	Comissão			
	Conselho da União Europeia			
	Direcções-Gerais			
	Parlamento Europeu			
Universidade Técnica de Lisboa (ISEG)	Agências	x	x	Entradas de forma directa e indirecta. Abreviaram a designação das direcções-gerais para "D.G.". Muita inconsistência no estabelecimento da forma autorizada para os pontos de acesso.
	Comissão	x	x	
	Conselho da União Europeia		x	
	Direcções-Gerais		x	
	Parlamento Europeu		x	
Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia	Agências			Catálogo em baixo.
	Comissão			
	Conselho da União Europeia			
	Direcções-Gerais			
	Parlamento Europeu			



Universidade de Évora	Agências	x		Os pontos de acesso são feitos de forma directa. As direcções-gerais estão subordinadas. Apresenta algumas entradas em inglês e em francês.
	Comissão	x		
	Conselho da União Europeia	x		
	Direcções-Gerais		x	
	Parlamento Europeu	x		
Universidade da Beira Interior	Agências	x		Os pontos de acesso são feitos de forma directa e indirecta. As direcções-gerais estão subordinadas. Muita inconsistência no estabelecimento da forma autorizada para os pontos de acesso.
	Comissão	x	x	
	Conselho da União Europeia		x	
	Direcções-Gerais		x	
	Parlamento Europeu		x	
Universidade do Algarve	Agências	x		Os pontos de acesso são feitos de forma directa. As direcções-gerais estão subordinadas.
	Comissão	x		
	Conselho da União Europeia	x	x	
	Direcções-Gerais		x	
	Parlamento Europeu	x		
Universidade da Madeira	Agências	x		Os pontos de acesso são feitos de forma directa. As direcções-gerais estão subordinadas. Apresenta no entanto alguma inconsistência na forma autorizada para os pontos de acesso.
	Comissão	x		
	Conselho da União Europeia	x		
	Direcções-Gerais		x	
	Parlamento Europeu	x		
Instituto Politécnico de Leiria	Agências	x		As formas dos pontos de acesso autorizados são muito inconsistentes, apresentando várias formas e em várias línguas.
	Comissão	x		
	Conselho da União Europeia	-	-	
	Direcções-Gerais	-	-	
	Parlamento Europeu	x	x	
Instituto Politécnico de Beja	Agências		x	Os pontos de acesso são feitos de forma subordinada. Apresenta algumas entradas em inglês.
	Comissão		x	
	Conselho da União Europeia	x	x	
	Direcções-Gerais		x	
	Parlamento Europeu		x	
Universidade de Aveiro	Agências	x	x	Os pontos de acesso são feitos de forma directa e indirecta. Apresenta alguma inconsistência na forma autorizada para os pontos de acesso. Tem registos de autoridade.
	Comissão	x	x	
	Conselho da União Europeia		x	
	Direcções-Gerais		x	
	Parlamento Europeu	x	x	

## Apêndice 5. Lista alfabética com as entradas de autoridade e as entradas de referência

## Apêndice 5

### Lista alfabética com as entradas de autoridade e as entradas de referência

---

#### **Agência Comunitária de Controlo das Pescas**

< União Europeia. Agência Comunitária de Controlo das Pescas

#### **Academia Europeia de Polícia**

< União Europeia. Academia Europeia de Polícia

#### **Agência de Execução da Rede Transeuropeia de Transportes**

< União Europeia. Agência de Execução da Rede Transeuropeia de Transportes

#### **Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação**

< União Europeia. Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação

<< Agência de Execução de Energia Inteligente

#### **Agência de Execução para a Investigação**

< União Europeia. Agência de Execução para a Investigação

#### **Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores**

< União Europeia. Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores

<< Agência de Execução do Programa de Saúde Pública

#### **Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura**

< União Europeia. Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura

#### **Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia**

< União Europeia. Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia

<< Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia

#### **Agência Europeia da Segurança Aérea**

> Agência Europeia para a Segurança da Aviação

#### **Agência Europeia da Segurança Marítima**

< União Europeia. Agência Europeia da Segurança Marítima

#### **Agência Europeia das Substâncias Químicas**

< Agência Europeia dos Produtos Químicos

< União Europeia. Agência Europeia dos Produtos Químicos

< União Europeia. Agência Europeia das Substâncias Químicas

**Agência Europeia de Defesa**

< União Europeia. Agência Europeia de Defesa

**Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas**

< Frontex

< Agência Frontex

< União Europeia. Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas

**Agência Europeia de Medicamentos**

< União Europeia. Agência Europeia de Medicamentos

**Agência Europeia de Reconstrução**

< União Europeia. Agência Europeia de Reconstrução

**Agência Europeia do Ambiente**

< União Europeia. Agência Europeia do Ambiente

**Agência Europeia dos Produtos Químicos**

> Agência Europeia das Substâncias Químicas

**Agência Europeia para a Segurança da Aviação**

< Agência Europeia da Segurança Aérea

< União Europeia. Agência Europeia da Segurança Aérea

< União Europeia. Agência Europeia para a Segurança da Aviação

**Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação**

< União Europeia. Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação

**Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho**

< União Europeia. Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho

**Agência Executiva do Conselho Europeu de Investigação**

< União Europeia. Agência Executiva do Conselho Europeu de Investigação

**Agência Ferroviária Europeia**

< União Europeia. Agência Ferroviária Europeia

**Agência Frontex**

> Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas

**Autoridade Europeia para a Protecção de Dados**

> União Europeia. Autoridade Europeia para a Protecção de Dados

**Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos**

< União Europeia. Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos

**Autoridade Europeia Supervisora do Sistema Global de Navegação por Satélite**

> Autoridade Supervisora do GNSS Europeu

**Autoridade Supervisora do GNSS Europeu**

- < Autoridade Europeia Supervisora do Sistema Global de Navegação por Satélite
- < União Europeia. Autoridade Europeia Supervisora do Sistema Global de Navegação por Satélite
- < União Europeia. Autoridade Supervisora do GNSS Europeu

**Banco Central Europeu**

- > União Europeia. Banco Central Europeu

**Banco Europeu de Investimento**

- > União Europeia. Banco Europeu de Investimento

**BCE**

- > União Europeia. Banco Central Europeu

**BEI**

- > União Europeia. Banco Europeu de Investimento

**Cedefop**

- < Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional
- < União Europeia. Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional

**Centro Comum de Investigação**

- > União Europeia. Comissão. Centro Comum de Investigação

**Centro de Satélites da União Europeia**

- < União Europeia. Centro de Satélites da União Europeia

**Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia**

- < União Europeia. Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia

**Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças**

- < União Europeia. Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças

**Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional**

- > Cedefop

**Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

**Comissão da Cultura e da Educação**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão da Cultura e da Educação

**Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

**Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

**Comissão das Pescas**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão das Pescas

**Comissão das Petições**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão das Petições

**Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

**Comissão do Comércio Internacional**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Comércio Internacional

**Comissão do Controlo Orçamental**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Controlo Orçamental

**Comissão do Desenvolvimento**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Desenvolvimento

**Comissão do Desenvolvimento Regional**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Desenvolvimento Regional

**Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

**Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores

**Comissão dos Assuntos Constitucionais**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Assuntos Constitucionais

**Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

**Comissão dos Assuntos Externos**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Assuntos Externos

**Comissão dos Assuntos Jurídicos**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Assuntos Jurídicos

**Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros

**Comissão dos Orçamentos**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Orçamentos

**Comissão dos Transportes e do Turismo**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Transportes e do Turismo

**Comissão Europeia**

- > União Europeia. Comissão

**Comité das Regiões**

- > União Europeia. Comité das Regiões

**Comité Económico e Social Europeu**

- > União Europeia. Comité Económico e Social Europeu

**Conselho da União Europeia**

- > União Europeia. Conselho

**DG Agricultura e do Desenvolvimento Rural**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Agricultura e do Desenvolvimento Rural

**DG Ajuda Humanitária**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Ajuda Humanitária

**DG Alargamento**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Alargamento

**DG Ambiente**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Ambiente

**DG Assuntos Económicos e Financeiros**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Assuntos Económicos e Financeiros

**DG Assuntos Marítimos e da Pesca**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Assuntos Marítimos e da Pesca

**DG Comércio**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Comércio

**DG Comunicação**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Comunicação

**DG Concorrência**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Concorrência

**DG Desenvolvimento**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Desenvolvimento

**DG Educação e da Cultura**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Educação e da Cultura

**DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades

**DG Empresa e Indústria**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Empresa e Indústria

**DG Energia e dos Transportes**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Energia e dos Transportes

**DG Finanças**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Finanças

**DG Fiscalidade e União Aduaneira**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Fiscalidade e União Aduaneira

**DG Informação**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Informação

**DG Informática**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Informática

**DG Infra-Estruturas e Interpretação**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Infra-Estruturas e Interpretação

**DG Interpretação**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Interpretação

**DG Investigação**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Investigação



**DG Justiça, Liberdade e Segurança**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Justiça, Liberdade e Segurança

**DG Mercado Interno e Serviços**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Mercado Interno e Serviços

**DG Orçamento**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Orçamento

**DG Pessoal**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Pessoal

**DG Pessoal e da Administração**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Pessoal e da Administração

**DG Política Regional**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Política Regional

**DG Políticas Externas**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Políticas Externas

**DG Políticas Internas**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Políticas Internas

**DG Presidência**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Presidência

**DG Relações Externas**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Relações Externas

**DG Saúde e dos Consumidores**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Saúde e dos Consumidores

**DG Sociedade da Informação e Média**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Sociedade da Informação e Média

**DG Tradução**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Tradução

**DG Tradução e Educação**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Tradução e Educação

**Direcção-Geral Agricultura e do Desenvolvimento Rural**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Agricultura e do Desenvolvimento Rural

**Direcção-Geral Ajuda Humanitária**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Ajuda Humanitária

**Direcção-Geral Alargamento**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Alargamento

**Direcção-Geral Ambiente**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Ambiente

**Direcção-Geral Assuntos Económicos e Financeiros**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Assuntos Económicos e Financeiros

**Direcção-Geral Assuntos Marítimos e da Pesca**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Assuntos Marítimos e da Pesca

**Direcção-Geral Comércio**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Comércio

**Direcção-Geral Comunicação**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Comunicação

**Direcção-Geral Concorrência**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Concorrência

**Direcção-Geral Desenvolvimento**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Desenvolvimento

**Direcção-Geral Educação e da Cultura**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Educação e da Cultura

**Direcção-Geral Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades

**Direcção-Geral Empresa e Indústria**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Empresa e Indústria

**Direcção-Geral Energia e dos Transportes**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Energia e dos Transportes

**Direcção-Geral Finanças**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Finanças

**Direcção-Geral Fiscalidade e União Aduaneira**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Fiscalidade e União Aduaneira

**Direcção-Geral Informação**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Informação

**Direcção-Geral Informática**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Informática

**Direcção-Geral Infra-Estruturas e Interpretação**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Infra-Estruturas e Interpretação

**Direcção-Geral Interpretação**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Interpretação

**Direcção-Geral Investigação**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Investigação

**Direcção-Geral Justiça, Liberdade e Segurança**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Justiça, Liberdade e Segurança

**Direcção-Geral Mercado Interno e Serviços**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Mercado Interno e Serviços

**Direcção-Geral Orçamento**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Orçamento

**Direcção-Geral Pessoal**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Pessoal

**Direcção-Geral Pessoal e da Administração**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Pessoal e da Administração

**Direcção-Geral Política Regional**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Política Regional

**Direcção-Geral Políticas Externas**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Políticas Externas

**Direcção-Geral Políticas Internas**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Políticas Internas

**Direcção-Geral Presidência**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Presidência

**Direcção-Geral Relações Externas**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Relações Externas

**Direcção-Geral Saúde e dos Consumidores**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Saúde e dos Consumidores

**Direcção-Geral Sociedade da Informação e Média**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Sociedade da Informação e Média

**Direcção-Geral Tradução**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Tradução

**Direcção-Geral Tradução e Educação**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Tradução e Educação

**ECHO**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Ajuda Humanitária

**Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão (Fusion for Energy)**

- < Fusão para a Produção de Energia
- < Fusion for Energy
- < União Europeia. Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão (Fusion for Energy)

**Escola Europeia de Administração**

- > União Europeia. Escola Europeia de Administração

**Eurofound**

- > Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho

**Eurojust**

- < Unidade Europeia de Cooperação Judiciária
- < União Europeia. Eurojust
- < União Europeia. Unidade Europeia de Cooperação Judiciária

**EUR-OP**

- > União Europeia. Serviço das Publicações Oficiais

### **EuropeAid**

- > União Europeia. Comissão. Serviço de Cooperação EuropeAid

### **Europol**

- < Serviço Europeu de Polícia
- < União Europeia. Europol
- < União Europeia. Serviço Europeu de Polícia

### **Eurostat**

- > União Europeia. Comissão. Eurostat

### **Frontex**

- > Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas

### **Fundação Europeia para a Formação**

- < União Europeia. Fundação Europeia para a Formação

### **Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho**

- < Eurofound
- < União Europeia. Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho

### **Fundo Europeu de Investimento**

- > União Europeia. Fundo Europeu de Investimento

### **Fusão para a Produção de Energia**

- > Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão (Fusion for Energy)

### **Fusion for Energy**

- > Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão (Fusion for Energy)

### **Gabinete de Conselheiros de Política Europeia**

- > União Europeia. Comissão. Gabinete de Conselheiros de Política Europeia

### **Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde**

- < União Europeia. Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde

### **Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa**

- < União Europeia. Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa

### **Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus**

- < União Europeia. Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus

**Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia**

< União Europeia. Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia

**Grupo Independência/Democracia**

< União Europeia. Grupo Independência/Democracia

**Grupo União para a Europa das Nações**

< União Europeia. Grupo União para a Europa das Nações

**Infra-Estruturas e Logística - Bruxelas**

> União Europeia. Comissão. Serviço de Infra-Estruturas e Logística - Bruxelas

**Infra-Estruturas e Logística - Luxemburgo**

> União Europeia. Comissão. Serviço de Infra-Estruturas e Logística - Luxemburgo

**Instituto Comunitário das Variedades Vegetais**

< União Europeia. Instituto Comunitário das Variedades Vegetais

**Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia**

< União Europeia. Instituto de Estudos de Segurança

**Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)**

< Serviço de Harmonização da União Europeia

< União Europeia. Serviço de Harmonização

< União Europeia. Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)

**Instituto Europeu para a Igualdade de Género**

< União Europeia. Instituto Europeu para a Igualdade de Género

**Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência**

< OEDT

< União Europeia. Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

**OEDT**

> Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

**OLAF**

> União Europeia. Comissão. Organismo Europeu de Luta Antifraude

**Organismo Europeu de Luta Antifraude**

> União Europeia. Comissão. Organismo Europeu de Luta Antifraude

**Parlamento Europeu**

> União Europeia. Parlamento

**Provedor de Justiça Europeu**

- > União Europeia. Provedor de Justiça

**Representação da Comissão Europeia em Portugal**

- > União Europeia. Comissão. Representação em Portugal

**Representação em Portugal da Comissão Europeia**

- > União Europeia. Comissão. Representação em Portugal

**Secretariado-Geral da Comissão Europeia**

- > União Europeia. Comissão. Secretariado-Geral

**Secretariado-Geral do Parlamento Europeu**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Secretariado-Geral

**Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias**

- > União Europeia. Serviço das Publicações Oficiais

**Serviço de Auditoria Interna**

- > União Europeia. Comissão. Serviço de Auditoria Interna

**Serviço de Cooperação EuropeAid**

- > União Europeia. Comissão. Serviço de Cooperação EuropeAid

**Serviço de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais**

- > União Europeia. Comissão. Serviço de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais

**Serviço de Harmonização da União Europeia**

- > Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)

**Serviço de Infra-Estruturas e Logística - Bruxelas**

- > União Europeia. Comissão. Serviço de Infra-Estruturas e Logística - Bruxelas

**Serviço de Infra-Estruturas e Logística - Luxemburgo**

- > União Europeia. Comissão. Serviço de Infra-Estruturas e Logística - Luxemburgo

**Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias**

- > União Europeia. Serviço Europeu de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias

**Serviço Estatístico da Comissão Europeia**

- > União Europeia. Comissão. Eurostat

**Serviço Europeu de Luta Antifraude**

- > União Europeia. Comissão. Organismo Europeu de Luta Antifraude

**Serviço Europeu de Polícia**

- > Europol

**Serviço Europeu de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias**

- > União Europeia. Serviço Europeu de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias

**Serviço Jurídico da Comissão Europeia**

- > União Europeia. Comissão. Serviço Jurídico

**Serviço Jurídico do Parlamento Europeu**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Serviço Jurídico

**SPOCE**

- > União Europeia. Serviço das Publicações Oficiais

**Tribunal de Contas da União Europeia**

- > União Europeia. Tribunal de Contas

**Tribunal de Contas das Comunidades Europeias**

- > União Europeia. Tribunal de Contas

**Tribunal de Contas Europeu**

- > União Europeia. Tribunal de Contas

**Tribunal de Justiça da União Europeia**

- > União Europeia. Tribunal de Justiça

**Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias**

- > União Europeia. Tribunal de Justiça

**Tribunal de Justiça Europeu**

- > União Europeia. Tribunal de Justiça

**União Europeia. Academia Europeia de Polícia**

- > Academia Europeia de Polícia

**União Europeia. Agência Comunitária de Controlo das Pescas**

- > Agência Comunitária de Controlo das Pescas

**União Europeia. Agência de Execução da Rede Transeuropeia de Transportes**

- > Agência de Execução da Rede Transeuropeia de Transportes

**União Europeia. Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação**

- > Agência de Execução para a Competitividade e a Inovação

**União Europeia. Agência de Execução para a Investigação**

- > Agência de Execução para a Investigação



**União Europeia. Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores**

> Agência de Execução para a Saúde e os Consumidores

**União Europeia. Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura**

> Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura

**União Europeia. Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia**

> Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia

**União Europeia. Agência Europeia da Segurança Aérea**

> Agência Europeia para a Segurança da Aviação

**União Europeia. Agência Europeia da Segurança Marítima**

> Agência Europeia da Segurança Marítima

**União Europeia. Agência Europeia das Substâncias Químicas**

> Agência Europeia das Substâncias Químicas

**União Europeia. Agência Europeia de Defesa**

> Agência Europeia de Defesa

**União Europeia. Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas**

> Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas

**União Europeia. Agência Europeia de Medicamentos**

> Agência Europeia de Medicamentos

**União Europeia. Agência Europeia de Reconstrução**

> Agência Europeia de Reconstrução

**União Europeia. Agência Europeia do Ambiente**

> Agência Europeia do Ambiente

**União Europeia. Agência Europeia dos Produtos Químicos**

> Agência Europeia das Substâncias Químicas

**União Europeia. Agência Europeia para a Segurança da Aviação**

> Agência Europeia para a Segurança da Aviação

**União Europeia. Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação**

> Agência Europeia para a Segurança das Redes e da Informação

**União Europeia. Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho**

> Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho

**União Europeia. Agência Executiva do Conselho Europeu de Investigação**

> Agência Executiva do Conselho Europeu de Investigação

**União Europeia. Agência Ferroviária Europeia**

> Agência Ferroviária Europeia

**União Europeia. Autoridade Europeia para a Protecção de Dados**

< Autoridade Europeia para a Protecção de Dados

**União Europeia. Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos**

> Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos

**União Europeia. Autoridade Europeia Supervisora do Sistema Global de Navegação por Satélite**

> Autoridade Supervisora do GNSS Europeu

**União Europeia. Autoridade Supervisora do GNSS Europeu**

> Autoridade Supervisora do GNSS Europeu

**União Europeia. Banco Central Europeu**

< BCE

< Banco Central Europeu

**União Europeia. Banco Europeu de Investimento**

< BEI

< Banco Europeu de Investimento

< União Europeia. BEI

**União Europeia. BEI**

> União Europeia. Banco Europeu de Investimento

**União Europeia. Centro de Satélites da União Europeia**

> Centro de Satélites da União Europeia

**União Europeia. Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia**

> Centro de Tradução dos Organismos da União Europeia

**União Europeia. Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças**

> Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças

**União Europeia. Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional**

> Cedefop

**União Europeia. Comissão**

< Comissão Europeia

< União Europeia. Comissão Europeia

<< Comunidade Europeia. Comissão

**União Europeia. Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural**

> União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

**União Europeia. Comissão da Cultura e da Educação**

> União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão da Cultura e da Educação

**União Europeia. Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

**União Europeia. Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

**União Europeia. Comissão das Pescas**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão das Pescas

**União Europeia. Comissão das Petições**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão das Petições

**União Europeia. Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

**União Europeia. Comissão do Comércio Internacional**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Comércio Internacional

**União Europeia. Comissão do Controlo Orçamental**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Controlo Orçamental

**União Europeia. Comissão do Desenvolvimento**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Desenvolvimento

**União Europeia. Comissão do Desenvolvimento Regional**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Desenvolvimento Regional

**União Europeia. Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

**União Europeia. Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores

**União Europeia. Comissão dos Assuntos Constitucionais**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Assuntos Constitucionais

**União Europeia. Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

**União Europeia. Comissão dos Assuntos Externos**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Assuntos Externos

**União Europeia. Comissão dos Assuntos Jurídicos**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Assuntos Jurídicos

**União Europeia. Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros

**União Europeia. Comissão dos Orçamentos**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Orçamentos

**União Europeia. Comissão dos Transportes e do Turismo**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Transportes e do Turismo

**União Europeia. Comissão Europeia**

- > União Europeia. Comissão

**União Europeia. Comissão. Centro Comum de Investigação**

- < Centro Comum de Investigação

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Agricultura e do Desenvolvimento Rural**

- < Direcção-Geral Agricultura e do Desenvolvimento Rural
- < DG Agricultura e do Desenvolvimento Rural
- < União Europeia. Direcção-Geral Agricultura e do Desenvolvimento Rural

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Ajuda Humanitária**

- < ECHO
- < DG Ajuda Humanitária
- < Direcção-Geral Ajuda Humanitária
- < União Europeia. Direcção-Geral Ajuda Humanitária

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Alargamento**

- < DG Alargamento
- < Direcção-Geral Alargamento
- < União Europeia. Direcção-Geral Alargamento

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Ambiente**

- < DG Ambiente
- < Direcção-Geral Ambiente
- < União Europeia. Direcção-Geral Ambiente

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Assuntos Económicos e Financeiros**

- < DG Assuntos Económicos e Financeiros
- < Direcção-Geral Assuntos Económicos e Financeiros
- < União Europeia. Direcção-Geral Assuntos Económicos e Financeiros

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Assuntos Marítimos e da Pesca**

- < DG Assuntos Marítimos e da Pesca
- < Direcção-Geral Assuntos Marítimos e da Pesca
- < União Europeia. Direcção-Geral Assuntos Marítimos e da Pesca

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Comércio**

- < DG Comércio
- < Direcção-Geral Comércio
- < União Europeia. Direcção-Geral Comércio

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Comunicação**

- < DG Comunicação
- < Direcção-Geral Comunicação
- < União Europeia. Direcção-Geral Comunicação

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Concorrência**

- < DG Concorrência
- < Direcção-Geral Concorrência
- < União Europeia. Direcção-Geral Concorrência

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Desenvolvimento**

- > DG Desenvolvimento
- > Direcção-Geral Desenvolvimento
- > União Europeia. Direcção-Geral Desenvolvimento

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Educação e da Cultura**

- < DG Educação e da Cultura
- < Direcção-Geral Educação e da Cultura
- < União Europeia. Direcção-Geral Educação e da Cultura

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades**

- < DG Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades
- < Direcção-Geral Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades
- < União Europeia. Direcção-Geral Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Empresa e Indústria**

- < DG Empresa e Indústria
- < Direcção-Geral Empresa e Indústria
- < União Europeia. Direcção-Geral Empresa e Indústria

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Energia e dos Transportes**

- < DG Energia e dos Transportes
- < Direcção-Geral Energia e dos Transportes
- < União Europeia. Direcção-Geral Energia e dos Transportes

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Fiscalidade e União Aduaneira**

- < DG Fiscalidade e União Aduaneira
- < Direcção-Geral Fiscalidade e União Aduaneira
- < União Europeia. Direcção-Geral Fiscalidade e União Aduaneira

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Informática**

- < DG Informática
- < Direcção-Geral Informática
- < União Europeia. Direcção-Geral Informática

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Interpretação**

- < DG Interpretação
- < Direcção-Geral Interpretação
- < União Europeia. Direcção-Geral Interpretação

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Investigação**

- < DG Investigação
- < Direcção-Geral Investigação
- < União Europeia. Direcção-Geral Investigação

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Justiça, Liberdade e Segurança**

- < DG Justiça, Liberdade e Segurança
- < Direcção-Geral Justiça, Liberdade e Segurança
- < União Europeia. Direcção-Geral Justiça, Liberdade e Segurança

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Mercado Interno e Serviços**

- < DG Mercado Interno e Serviços
- < Direcção-Geral Mercado Interno e Serviços
- < União Europeia. Direcção-Geral Mercado Interno e Serviços

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Orçamento**

- < DG Orçamento
- < Direcção-Geral Orçamento
- < União Europeia. Direcção-Geral Orçamento

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Pessoal e da Administração**

- < DG Pessoal e da Administração
- < Direcção-Geral Pessoal e da Administração
- < União Europeia. Direcção-Geral Pessoal e da Administração

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Política Regional**

- < DG Política Regional
- < Direcção-Geral Política Regional
- < União Europeia. Direcção-Geral Política Regional

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Relações Externas**

- < DG Relações Externas
- < Direcção-Geral Relações Externas
- < União Europeia. Direcção-Geral Relações Externas

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Saúde e dos Consumidores**

- < DG Saúde e dos Consumidores
- < Direcção-Geral Saúde e dos Consumidores
- < União Europeia. Direcção-Geral Saúde e dos Consumidores

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Sociedade da Informação e Média**

- < DG Sociedade da Informação e Média
- < Direcção-Geral Sociedade da Informação e Média
- < União Europeia. Direcção-Geral Sociedade da Informação e Média

**União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Tradução**

- < DG Tradução
- < Direcção-Geral Tradução
- < União Europeia. Direcção-Geral Tradução

**União Europeia. Comissão. Eurostat**

- < Eurostat
- < Serviço Estatístico da Comissão Europeia

**União Europeia. Comissão. Gabinete de Conselheiros de Política Europeia**

- < Gabinete de Conselheiros de Política Europeia

**União Europeia. Comissão. Organismo Europeu de Luta Antifraude**

- < Organismo Europeu de Luta Antifraude
- < OLAF
- < Serviço Europeu de Luta Antifraude

**União Europeia. Comissão. Representação em Portugal**

- < Representação da Comissão Europeia em Portugal
- < Representação em Portugal da Comissão Europeia

**União Europeia. Comissão. Secretariado-Geral**

- < Secretariado-Geral da Comissão Europeia

**União Europeia. Comissão. Serviço de Auditoria Interna**

- < Serviço de Auditoria Interna

**União Europeia. Comissão. Serviço de Cooperação EuropeAid**

- < EuropeAid
- < Serviço de Cooperação EuropeAid

**União Europeia. Comissão. Serviço de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais**

- < Serviço de Gestão e Liquidação dos Direitos Individuais

**União Europeia. Comissão. Serviço de Infra-Estruturas e Logística - Bruxelas**

- < Infra-Estruturas e Logística - Bruxelas
- < Serviço de Infra-Estruturas e Logística - Bruxelas

**União Europeia. Comissão. Serviço de Infra-Estruturas e Logística - Luxemburgo**

- < Infra-Estruturas e Logística - Luxemburgo
- < Serviço de Infra-Estruturas e Logística - Luxemburgo

**União Europeia. Comissão. Serviço Jurídico**

- < Serviço Jurídico da Comissão Europeia

**União Europeia. Comité das Regiões**

- < Comité das Regiões

**União Europeia. Comité Económico e Social Europeu**

- < Comité Económico e Social Europeu

**União Europeia. Conselho**

- < Conselho da União Europeia
- << Comunidade Europeia. Conselho



**União Europeia. Direcção-Geral Agricultura e do Desenvolvimento Rural**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Agricultura e do Desenvolvimento Rural

**União Europeia. Direcção-Geral Ajuda Humanitária**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Ajuda Humanitária

**União Europeia. Direcção-Geral Alargamento**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Alargamento

**União Europeia. Direcção-Geral Ambiente**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Ambiente

**União Europeia. Direcção-Geral Assuntos Económicos e Financeiros**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Assuntos Económicos e Financeiros

**União Europeia. Direcção-Geral Assuntos Marítimos e da Pesca**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Assuntos Marítimos e da Pesca

**União Europeia. Direcção-Geral Comércio**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Comércio

**União Europeia. Direcção-Geral Comunicação**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Comunicação

**União Europeia. Direcção-Geral Concorrência**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Concorrência

**União Europeia. Direcção-Geral Desenvolvimento**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Desenvolvimento

**União Europeia. Direcção-Geral Educação e da Cultura**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Educação e da Cultura

**União Europeia. Direcção-Geral Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades

**União Europeia. Direcção-Geral Empresa e Indústria**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Empresa e Indústria

**União Europeia. Direcção-Geral Energia e dos Transportes**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Energia e dos Transportes

**União Europeia. Direcção-Geral Finanças**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Finanças

**União Europeia. Direcção-Geral Fiscalidade e União Aduaneira**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Fiscalidade e União Aduaneira

**União Europeia. Direcção-Geral Informação**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Informação

**União Europeia. Direcção-Geral Informática**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Informática

**União Europeia. Direcção-Geral Infra-Estruturas e Interpretação**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Infra-Estruturas e Interpretação

**União Europeia. Direcção-Geral Interpretação**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Interpretação

**União Europeia. Direcção-Geral Investigação**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Investigação

**União Europeia. Direcção-Geral Justiça, Liberdade e Segurança**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Justiça, Liberdade e Segurança

**União Europeia. Direcção-Geral Mercado Interno e Serviços**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Mercado Interno e Serviços

**União Europeia. Direcção-Geral Orçamento**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Orçamento

**União Europeia. Direcção-Geral Pessoal**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Pessoal

**União Europeia. Direcção-Geral Pessoal e da Administração**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Pessoal e da Administração

**União Europeia. Direcção-Geral Política Regional**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Política Regional

**União Europeia. Direcção-Geral Políticas Externas**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Políticas Externas

**União Europeia. Direcção-Geral Políticas Internas**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Políticas Internas

**União Europeia. Direcção-Geral Presidência**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Presidência

**União Europeia. Direcção-Geral Relações Externas**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Relações Externas

**União Europeia. Direcção-Geral Saúde e dos Consumidores**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Saúde e dos Consumidores

**União Europeia. Direcção-Geral Sociedade da Informação e Média**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Sociedade da Informação e Média

**União Europeia. Direcção-Geral Tradução**

- > União Europeia. Comissão. Direcção-Geral Tradução

**União Europeia. Direcção-Geral Tradução e Educação**

- > União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Tradução e Educação

**União Europeia. Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão (Fusion for Energy)**

- > Empresa Comum Europeia para o ITER e o Desenvolvimento da Energia de Fusão (Fusion for Energy)

**União Europeia. Escola Europeia de Administração**

- < Escola Europeia de Administração

**União Europeia. Eurojust**

- > Eurojust

**União Europeia. Europol**

- > Europol

**União Europeia. Fundação Europeia para a Formação**

- > Fundação Europeia para a Formação

**União Europeia. Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho**

- > Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho

**União Europeia. Fundo Europeu de Investimento**

- < Fundo Europeu de Investimento

**União Europeia. Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde**

- > Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde

**União Europeia. Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa**

- > Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa

**União Europeia. Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus**

- > Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e dos Democratas Europeus

**União Europeia. Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia**

- > Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia

**União Europeia. Grupo Independência/Democracia**

- > Grupo Independência/Democracia

**União Europeia. Grupo União para a Europa das Nações**

- > Grupo União para a Europa das Nações

**União Europeia. Instituto Comunitário das Variedades Vegetais**

- > Instituto Comunitário das Variedades Vegetais

**União Europeia. Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia**

- > Instituto de Estudos de Segurança

**União Europeia. Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)**

- > Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)

**União Europeia. Instituto Europeu para a Igualdade de Género**

- > Instituto Europeu para a Igualdade de Género

**União Europeia. Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência**

- > Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

**União Europeia. Parlamento Europeu**

- < Parlamento Europeu
- < União Europeia. Parlamento
- << Comunidade Europeia. Parlamento Europeu

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural**

- < Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
- < União Europeia. Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão da Cultura e da Educação**

- < Comissão da Cultura e da Educação
- < União Europeia. Comissão da Cultura e da Educação

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia**

- < Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia
- < União Europeia. Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos**

- < Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos
- < União Europeia. Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão das Pescas**

- < Comissão das Pescas
- < União Europeia. Comissão das Pescas

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão das Petições**

- < Comissão das Petições
- < União Europeia. Comissão das Petições

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar**

- < Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar
- < União Europeia. Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Comércio Internacional**

- < Comissão do Comércio Internacional
- < União Europeia. Comissão do Comércio Internacional

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Controlo Orçamental**

- < Comissão do Controlo Orçamental
- < União Europeia. Comissão do Controlo Orçamental

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Desenvolvimento**

- < Comissão do Desenvolvimento
- < União Europeia. Comissão do Desenvolvimento

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Desenvolvimento Regional**

- < Comissão do Desenvolvimento Regional
- < União Europeia. Comissão do Desenvolvimento Regional

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais**

- < Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais
- < União Europeia. Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores**

- < Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores
- < União Europeia. Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Assuntos Constitucionais**

- < Comissão dos Assuntos Constitucionais
- < União Europeia. Comissão dos Assuntos Constitucionais

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários**

- < Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários
- < União Europeia. Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Assuntos Externos**

- < Comissão dos Assuntos Externos
- < União Europeia. Comissão dos Assuntos Externos

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Assuntos Jurídicos**

- < Comissão dos Assuntos Jurídicos
- < União Europeia. Comissão dos Assuntos Jurídicos

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros**

- < Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros
- < União Europeia. Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Orçamentos**

- < Comissão dos Orçamentos
- < União Europeia. Comissão dos Orçamentos

**União Europeia. Parlamento Europeu. Comissão dos Transportes e do Turismo**

- < Comissão dos Transportes e do Turismo
- < União Europeia. Comissão dos Transportes e do Turismo

**União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Finanças**

- < DG Finanças
- < Direcção-Geral Finanças
- < União Europeia. Direcção-Geral Finanças

**União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Informação**

- < DG Informação
- < Direcção-Geral Informação
- < União Europeia. Direcção-Geral Informação

**União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Infra-Estruturas e Interpretação**

- < DG Infra-Estruturas e Interpretação
- < Direcção-Geral Infra-Estruturas e Interpretação
- < União Europeia. Direcção-Geral Infra-Estruturas e Interpretação

**União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Pessoal**

- < DG Pessoal
- < Direcção-Geral Pessoal
- < União Europeia. Direcção-Geral Pessoal

**União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Políticas Externas**

- < DG Políticas Externas
- < Direcção-Geral Políticas Externas
- < União Europeia. Direcção-Geral Políticas Externas

**União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Políticas Internas**

- < DG Políticas Internas
- < Direcção-Geral Políticas Internas
- < União Europeia. Direcção-Geral Políticas Internas

**União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Presidência**

- < DG Presidência
- < Direcção-Geral Presidência
- < União Europeia. Direcção-Geral Presidência

**União Europeia. Parlamento Europeu. Direcção-Geral Tradução e Educação**

- < DG Tradução e Educação
- < Direcção-Geral Tradução e Educação
- < União Europeia. Direcção-Geral Tradução e Educação

**União Europeia. Parlamento Europeu. Secretariado-Geral**

- < Secretariado-Geral do Parlamento Europeu

**União Europeia. Parlamento Europeu. Serviço Jurídico**

- < Serviço Jurídico do Parlamento Europeu

**União Europeia. Parlamento**

- > União Europeia. Parlamento Europeu

**União Europeia. Provedor de Justiça Europeu**

- > União Europeia. Provedor de Justiça

**União Europeia. Provedor de Justiça**

- < Provedor de Justiça Europeu
- < União Europeia. Provedor de Justiça Europeu

**União Europeia. Serviço das Publicações Oficiais**

- < EUR-OP
- < SPOCE
- < Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias
- < União Europeia. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

**União Europeia. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias**

- > União Europeia. Serviço das Publicações Oficiais

**União Europeia. Serviço de Harmonização**

- > Instituto de Harmonização no Mercado Interno (marcas, desenhos e modelos)

**União Europeia. Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias**

- > União Europeia. Serviço Europeu de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias

**União Europeia. Serviço Europeu de Polícia**

- > Europol

**União Europeia. Serviço Europeu de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias**

- < Serviço Europeu de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias
- < Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias
- < União Europeia. Serviço de Selecção do Pessoal das Comunidades Europeias

**União Europeia. Tribunal de Contas**

- < Tribunal de Contas Europeu
- < Tribunal de Contas da União Europeia
- < Tribunal de Contas das Comunidades Europeias
- << Comunidade Europeia. Tribunal de Contas

**União Europeia. Tribunal de Justiça**

- < Tribunal de Justiça Europeu
- < Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias
- < Tribunal de Justiça da União Europeia
- << Comunidade Europeia. Tribunal de Justiça

**União Europeia. Unidade Europeia de Cooperação Judiciária**

- > Eurojust



**Unidade Europeia de Cooperação Judiciária**

> Eurojust

## Apêndice 6. Formulário de proposta de alteração do registo de autoridade

---

## Apêndice 6<sup>1</sup>

### Formulário de proposta de alteração do registo de autoridade

---

Data

#### Identificação do técnico

Nome	
Serviço	

#### Identificação da Autoridade

Número de registo	
-------------------	--

#### Proposta de alteração:

	Ponto de acesso proposto	Fonte
<input type="checkbox"/> Nova forma		
	Ponto de acesso proposto	Fonte
<input type="checkbox"/> Forma variante		
	Dados propostos	Fonte
<input type="checkbox"/> Dados biográficos, históricos, etc.		
	Dados introduzidos	Dados correctos
<input type="checkbox"/> Dados errados no registo		

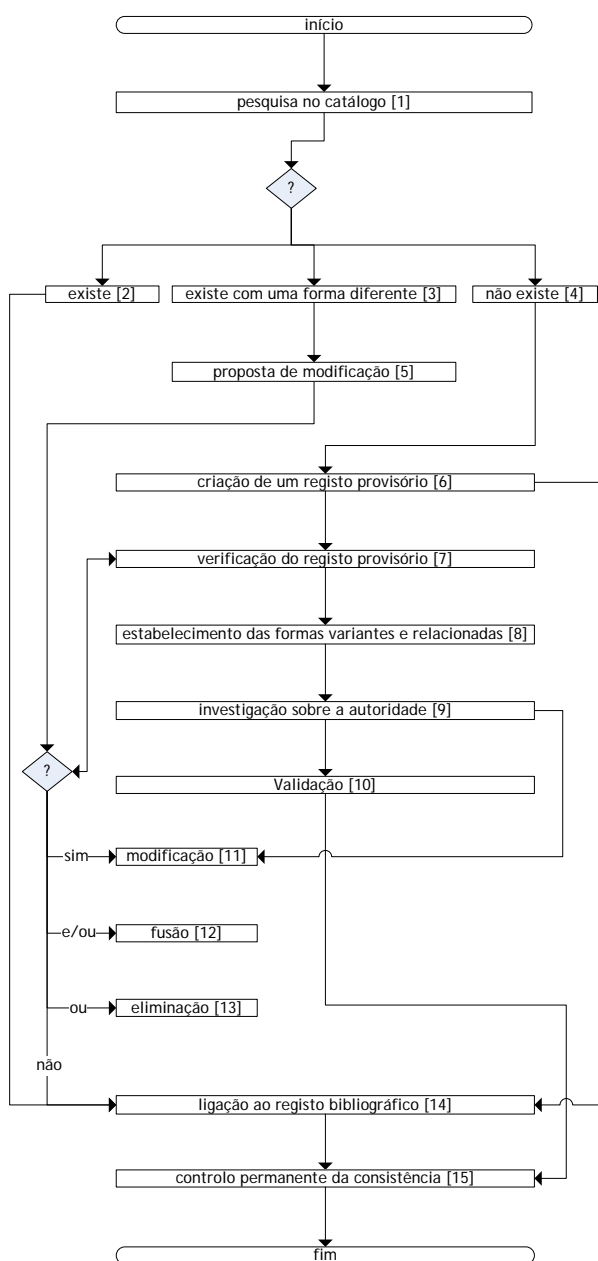
---

<sup>1</sup> Formulário adaptado a partir da Fig. 10.2. «Modelo de propuesta de modificación de autoridad» de JIMÉNEZ PELAYO (2002, p. 560).

## Apêndice 7. Processo de criação e controlo de registos de autoridades

## APÊNDICE 7

### Processo de criação e controlo de registos de autoridades



	DESCRIÇÃO DAS ACTIVIDADES	RESPONSÁVEIS
[01]	1. Confirmação da existência da autoridade no catálogo. 2. A pesquisa deve ser o mais exaustiva possível.	Catalogador
[02]	1. Foi detectado, através da pesquisa, que o ponto de acesso já <u>existe</u> no catálogo de forma controlada. 2. Passar para o ponto [14].	Catalogador
[03]	1. Foi detectado, através da pesquisa, que o ponto de acesso <u>existe</u> no catálogo mas <u>com uma forma diferente</u> da que se quer criar. O catalogador deve seleccionar a entrada já incluída no catálogo. 2. Passar para o ponto [5].	Catalogador
[04]	1. Foi confirmado, através da pesquisa, que o ponto de acesso não se encontra no catálogo. 2. Passar para o ponto [6]	Catalogador
[05]	1. Esta actividade deve ser feita no <i>Formulário de proposta de modificação de autoridade</i> , disponível na Intranet do CDE.	Catalogador
[06]	1. A criação de um registo novo deve ser precedida sempre pelo ponto [4] (Vide ponto [4]). 2. O registo terá um carácter provisório até que seja verificado (Vide ponto [7]) e validado (Vide ponto [10]) pelo gestor de autoridades. 3. O registo deverá conter o conjunto de dados determinado como mínimo (Vide capítulo 6.2.1.) 4. Passar para o ponto [14].	Catalogador
[07]	1. Comprovar se a pesquisa (Vide ponto [1]) foi bem executada. 2. Confirmar se a autoridade está bem determinada, redigida e codificada de forma correcta (Vide também pontos [8] e [9]). 3. Corrigir eventuais erros detectados. 4. Completar a autoridade com datas, qualificadores, elementos diferenciadores, etc. 5. Pode ser necessário, também, substituir o ponto de acesso que o catalogador considerou válido por outro mais correcto. 6. Pode ser detectada a necessidade de se passar para os pontos [11], [12] ou [13].	Gestor de autoridades
[08]	1. Estabelecer as referências relacionadas e as formas variantes (Vide também apêndice 5), i.e. estabelecer para as formas variantes as listas de "Ver" e para as cruzadas de "Ver também". 2. Se conveniente, passar para o ponto [6] e criar os registos novos necessários e recorrentes das listas criadas.	Gestor de autoridades
[09]	1. Verificar se o registo de autoridade está perfeitamente identificado e congrega todas as referências variantes e relacionadas para o ponto de acesso determinado (Vide também ponto [8]). 2. Verificar se a autoridade está perfeitamente diferenciada e não é susceptível de ser confundida com outra (Vide também ponto [7]). 3. Recompilação da informação que sirva para identificar com maior precisão a autoridade (e.g. informação do tipo histórico ou administrativo), neste caso passar para o ponto [11].	Gestor de autoridades
[10]	1. Aprovar o registo para ser utilizado pelos catalogadores e pelos utilizadores sem nenhuma restrição. 2. Alterar a posição do carácter 17 (nível de codificação), da etiqueta de registo, com o código "#". 3. Alterar a posição do carácter 8 (código do estado do ponto de acesso controlado), do campo 100 (dados gerais de processamento), com o código "a".	Gestor de autoridades
[11]	1. Detectou-se uma nova variante do ponto de acesso que não aparece reconhecida no registo (Vide pontos [3] e [7]). 2. Introdução de informação adicional sobre o ponto de acesso, para melhorar ou completar o registo (Vide ponto [9]). 3. Situação de homonímia com o aparecimento de uma nova autoridade. 4. As modificações devem ser sempre comunicadas pelo formulário preparado para o efeito (Vide ponto [5])	Gestor de autoridades
[12]	1. Unificar os registos repetidos que existam na base. 2. Antes de se fazer a fusão, deve-se determinar qual o registo considerado como válido. 3. Esta operação deve ser realizada com o máximo de cautela e precaução.	Gestor de autoridades
[13]	1. Eliminar os pontos de acesso que se considerem inapropriados, obsoletos ou desnecessários. 2. A eliminação do registo de autoridade implica a eliminação automática dessa autoridade de cada um dos registos bibliográficos a que esteja vinculada.	Gestor de autoridades
[14]	1. Operação que, geralmente, precede o resultado dos pontos [2], [3] e [6]. 2. Ligar o ponto de acesso controlado ao registo bibliográfico.	Catalogador Gestor de autoridades
[15]	1. Comprovar que os registos cumprem a condição de serem únicos e inconfundíveis no catálogo. 2. Rever as referências de "Ver" e de "Ver também", se são adequadas e se cumprem, no caso das segundas, o princípio da reciprocidade. 3. Detectar inconsistências, percorrendo ( <i>browse</i> ) periodicamente o índice de autoridades.	Gestor de autoridades
<b>Nota:</b> Qualquer situação não prevista e/ou dúvidas resultantes das actividades previstas neste fluxograma devem ser comunicadas ao coordenador do processo.		

## Apêndice 8. Organograma do Portal do Conhecimento com a página da Intranet relativa às autoridades



**Portal do Conhecimento**  
Sistema de Informação e de Documentação  
das Universidades Lusíada

Menu de navegação secundário

Menu de navegação principal

**Início**

Eventos

Notícias

Destaques

Conheça o *Portal do Conhecimento*

Vídeos sobre os serviços

Entrevistas a personalidades da ULL

Sondagens

Ligações úteis

**Portal**

Apresentação

A quem nos dirigimos

Missão

Objectivos

Valores

**SIDUL**

Apresentação

Quem somos

Missão

Objectivos

Plano estratégico

Regulamentos

Projectos

Directório

Serviços técnicos

**Autoridades**

Descrição

Classificação

Indexação

Etiquetagem

Cotação

Arrumação/  
Armazenagem

Digitalização

Informações técnicas

Normas e recomendações

Controlo de autoridades

Registos de autoridade

Gestão dos registos de autoridade

Formulário...

Manuais e recomendações

Dúvidas e sugestões

**Pesquisas**

Metapesquisa

Base Lusíada

Base Lusíada Digital

Base "O Europeu"

**Serviços**

Acesso ao documentos

Informação e atenção ao utilizador

Apoio à docência e à investigação

Pesquisas

**Arquitectura do saber**

O que é a metodologia científica

Como elaborar um documento científico

Como citar um documento

Como elaborar uma referência bibliográfica

Como utilizar um gestor bibliográfico

Como evitar o plágio

Como consultar as publicação da UL

Como pesquisar numa bases de dados

Como chegar ao documento

Como encontrar artigos de revistas

Como localizar recursos electrónicos

Como aceder aos recursos electrónicos

Como validar o login e a password

Como fazer a configuração à rede wireless

**Investigação**

Centros de investigação

Investigadores

Programas

Actualidade científica

*Rankings* de universidades

**Imprensa**

Comunicados

Notícias

Dossiês

Imagens

De A a Z

Sobre o portal

Política editorial

Acessibilidade

Advertência jurídica

Créditos

Arquivo do portal

FAQ

Glossário

Utilitários

RSS feeds

Mapa do sítio

Contactos

Ajuda

## Apêndice 9. Exemplo de registo de entrada de autoridade completo



## Apêndice 9

### Exemplo de registo de entrada de autoridade completo

Bloco	Campo	R/NR	O/NO	Indicadores 12		\$	Conteúdo do campo	Observações
	LDR	NR	O	NA	NA	NA	-----nx##b22-----###45#	A posição 5 (estado do registo) deve ser preenchida pelo catalogador com o código “n”, que será alterada após revisão, pelo gestor de autoridades, para o código “c”. A posição 17 deve ser preenchida pelo catalogador com o código 3, que será alterada após revisão, pelo gestor de autoridades, com o código “#”. O sistema não está a calcular e a atribuir automaticamente as posições 0-4 e 12-16. Só deixa preencher as posições 5, 6, 9 e 17.
0	001	NR	O	-	-	-	000000005	O campo é preenchido automaticamente pelo sistema. É recomendável que o sistema não possibilite a edição do campo.
	005	NR	O	#	#	-	20090210113235.0	O campo é preenchido automaticamente pelo sistema.
1	100	NR	O	#	#	a	20090204apory0103####ba0	A posição 8 (código do estado do cabeçalho de autoridade) deve ser preenchida pelo catalogador com o código “c”, que será alterada após revisão, pelo gestor de autoridades, para o código “a” O sistema não está a permitir o preenchimento da posição 23. Estão mal identificadas as seguintes posições: - posição 8, aparece como “Código Reg. Modificado”; - posições 21-22, aparece “Alfabeto do título”.
	101	R	O	#	#	a	por	Optou-se pelo português por a Comissão se exprimir em todas as línguas oficiais da UE. O sistema não está a reconhecer este campo.
	102	NR	O	#	#	a	BE	Não está contemplado o preenchimento do \$b. O sistema não está a reconhecer este campo.
	106	NR	NO	#	#	a	0	Deve ser preenchido, sempre, com o código “0”. O sistema não está a reconhecer este campo.

	150	NR	O	#	#	a	f	Deve ser, sempre, preenchido com o código "f".
	152	NR	O	#	#	a	RPC	Deve ser preenchido com a indicação das regras de catalogação aplicadas.
2	210	R	O	0	2	a b	União Europeia. Comissão	Deve ser preenchido com o indicador 1 com o código "0" e o indicador 2 com o código "2". O \$a e o \$b devem ser preenchidos em minúsculas, excepto a primeira letra de cada palavra
3	300	R	NO	0	#	a	Substituiu Comunidade Europeia. Comissão	Devem ser criados dois tipos de notas. O primeiro tipo de nota serve para explicar a relação entre o ponto de acesso e outras entidades (e.g. Substituiu Comunidade Europeia. Comissão) e, o segundo tipo de nota, para dar outra informação útil à identificação do ponto de acesso.
	300	R	NO	0	#	a	Como órgão executivo da UE, a Comissão põe em prática as decisões proferidas pelo Conselho. Dispõe de amplos poderes na condução das políticas comuns da UE como sejam a investigação e a tecnologia, o auxílio externo, o desenvolvimento regional, etc. A Comissão dispõe de uma administração composta por 36 direcções-gerais e serviços, sedeados principalmente em Bruxelas e no Luxemburgo.	
	305	R	NO	0	#	a b	As obras desta instituição encontram-se sob os cabeçalhos que se seguem, de acordo com a designação usada à data de publicação: Comunidade Europeia. Comissão	Este campo só deve ser preenchido quando a referência a criar com o campo 510, não for suficientemente explicativa. A frase de instrução a inserir em \$a deve ser normalizada de acordo com o exemplo Neste exemplo está preenchida unicamente como exemplo de como a informação deve ser inserida.
	340	R	O	#	#	a	Sediada em Bruxelas. A Comissão Europeia é fruto da unificação da Alta Autoridade da CECA, da Comissão da CEE e da Comissão do Euratom, estabelecida pelo Tratado de Fusão (em vigor desde 1 de Julho de 1967), que instituiu uma Comissão e um Conselho únicos para as três Comunidades Europeias então existentes.	Deve ser, sempre, preenchido com informação biográfica ou com notas sobre a actividade da entidade. O sistema não está a reconhecer este campo.
4	410	R	O	0	2	a	Comissão Europeia	Deve ser preenchido com a(s) forma(s) variante(s) ou rejeitada(s) do ponto de acesso, que devem ser tantas quantas as identificadas como possíveis de gerar ruído no catálogo. O \$a e o \$b devem ser preenchidos em minúsculas, excepto a primeira letra de cada palavra.
	410	R	O	0	2	a b	União Europeia. Comissão Europeia	

5	510	R	O	0	2	0 3 5 a  b	Ver também sob o cabeçalho antigo: 000000006 b Comunidade Europeia. Comissão	Deve ser preenchido com uma pista de referência para um ponto de acesso relacionado com aquele inserido na etiqueta 210. O indicador 1 deve ser preenchido com o código "0" e o indicador 2 deve ser preenchido com o código "2". Devem ser preenchido os seguintes subcampos de controlo: 0 (frase de instrução ), 3 (número de registo de entrada de autoridade) e 5 (controlo de pista de referência). O \$a e o \$b devem ser preenchidos em minúsculas, excepto a primeira letra de cada palavra. O sistema está a permitir a visualização ao público do \$3.
8	801	R	O	#	0	a b c	PT CDEULL 20090204	O sistema preenche o campo automaticamente, e está a criar por defeito os \$a, \$b e o \$g. No \$b está a atribuir o acrónimo SIBUL, que é alheio ao CDEUL, pretende-se que atribua o acrónimo "CDEULL". Pretende-se também que crie o \$c com a data da última transacção.
	810	R	O	#	#	a	Quem é quem na União Europeia?	Citação da obra bibliográfica cuja catalogação originou o estabelecimento do cabeçalho. A nota gerada no campo está de visualização ao público em geral.
	810	R	O	#	#	a	CRI	
	830	R	O	#	#	a	Optou-se pela supressão do adjectivo "europeia" por este ser um elemento repetitivo do ponto de acesso ( <i>Vide</i> RPC, F.C. 2.1., p. 90)	Sempre que possível, justificar a opção da escolha da forma do cabeçalho. A nota gerada no campo está de visualização ao público em geral
	856	R	O	4	#	u z	<a href="http://ec.europa.eu/index_pt.htm">http://ec.europa.eu/index_pt.htm</a> Página na Internet	Preencher sempre com a indicação da página oficial da Instituição na Internet . O sistema não está a reconhecer este campo.

Legenda	
#	Este carácter é utilizado no exemplo para indicar um espaço em branco.
\$	Este sinal (dólar) é usado em lugar do carácter ISO IS2 (da ISO 646) como o primeiro carácter dum identificador de subcampo.
CDEULL	Centro de Documentação Europeia da Universidade Lusíada de Lisboa
NA	Não aplicável
O/NO	Campos Obrigatórios/Não Obrigatórios no âmbito da BNIE
R/NR	Repetível/Não Repetível

## Apêndice 10. Relatório de ocorrências de problemas detectadas na estrutura da base de autoridades do Aleph

## Apêndice 10

### Relatório de ocorrências de problemas detectadas na estrutura da base de autoridades do Aleph

Bloco	Campo	Designação	Ocorrências nos registps
	LDR	Etiqueta de registo	O sistema não está a calcular e a atribuir automaticamente as posições 0-4 e 12-16. Só deixa preencher as posições 5, 6, 9 e 17.
0	001	Identificador do registo	É recomendável que o sistema não possibilite a edição do campo.
	035	Número de controlo de outros sistemas	O sistema não está a reconhecer este campo.
1	100	Dados gerais de processamento	O sistema não está a permitir o preenchimento da posição 23. Estão mal identificadas as seguintes posições: - posição 8, aparece como "Código Reg. Modificado" deve aparecer "Código do estado do cabeçalho de autoridade"; - posições 21-22, aparece "Alfabeto do título" deve aparecer "Alfabeto da catalogação".
	101	Língua da entidade	O sistema não está a reconhecer este campo.
	102	Nacionalidade da entidade	O sistema não está a reconhecer este campo.
	106	Campo de dados codificados: colectividade	O sistema não está a reconhecer este campo.
3	340	Nota biográfica e de actividade	O sistema não está a reconhecer este campo.
	356	Nota geográfica	O sistema não está a reconhecer este campo.
5	510	Pista de referência "ver também" - nome de colectividade	O sistema está a permitir a visualização ao público do \$3.
8	801	Fonte de origem	O sistema está a criar por defeito os \$a, \$b e o \$g. No \$b está a atribuir o acrónimo SIBUL, que é alheio ao CDEUL, pretende-se que atribua o acrónimo "CDEULL". Pretende-se também que crie o \$c com a data da última transacção. Não deve criar um \$g. A informação introduzida neste campo não deve ser visualizada pelo público em geral.
	810	Fonte de informação dos dados	A informação introduzida neste campo não deve ser visualizada pelo público em geral.
	830	Nota geral do catalogador	A informação introduzida neste campo não deve ser visualizada pelo público em geral.
	835	Informação de cabeçalho apagado	O sistema não está a reconhecer este campo. A informação introduzida neste campo não deve ser visualizada pelo público em geral.
	836	Informação de cabeçalho substituído	O sistema não está a reconhecer este campo. A informação introduzida neste campo não deve ser visualizada pelo público em geral.
	856	Endereço electrónico e modo de acesso	O sistema não está a reconhecer este campo. Nem a permitir o hyperlink para o endereço electrónico. Deve produzir um hyperlink com a informação inserida.
	886	Dados não convertidos do formato de origem	O sistema não está a reconhecer este campo. A informação introduzida neste campo não deve ser visualizada pelo público em geral.

Ocorrências na visualização		Observações																											
<table><tr><td>Nº Sistema</td><td>000000005</td></tr><tr><td>Cabeçalho</td><td>União Europeia. Comissão</td></tr><tr><td>Notas</td><td>Substitui Comunidade Europeia. Comissão</td></tr><tr><td>Notas</td><td>A Comissão Europeia é fruto da unificação da Alta Autoridade da CECA, da Comissão da CEE e da Comissão do Euratom, estabelecida pelo Tratado de Fusão (em vigor desde 1 de Julho de 1967), que instituiu uma Comissão e um Conselho únicos para as três Comunidades Europeias então existentes.</td></tr><tr><td>Notas</td><td>Como órgão executivo da UE, a Comissão põe em prática as decisões tomadas pelo Conselho. Dispõe de amplos poderes na condução das políticas comuns da UE como sejam a investigação e a tecnologia, o auxílio externo, o desenvolvimento regional, etc. A Comissão dispõe de uma administração composta por 36 Direcções Gerais (DG) e serviços, sediados principalmente em Bruxelas e no Luxemburgo.</td></tr><tr><td>Usado por</td><td>Comissão Europeia</td></tr><tr><td>Usado por</td><td>União Europeia. Comissão Europeia</td></tr><tr><td>Ver também</td><td>Ver também sob o cabeçalho antigo: 000000006 Comunidade Europeia. Comissão</td></tr><tr><td>Origem</td><td><u>PT</u></td></tr><tr><td>Fonte</td><td><u>Quem é quem na União Europeia? (União Europeia. Comissão)</u></td></tr><tr><td>Fonte</td><td><u>CRI</u></td></tr><tr><td>Nota geral</td><td><u>Optou-se pela supressão do adjectivo "europeia" por este ser um elemento repetitivo do ponto de acesso (Vide RPC, F.C. 2.1., p. 90)</u></td></tr></table>		Nº Sistema	000000005	Cabeçalho	União Europeia. Comissão	Notas	Substitui Comunidade Europeia. Comissão	Notas	A Comissão Europeia é fruto da unificação da Alta Autoridade da CECA, da Comissão da CEE e da Comissão do Euratom, estabelecida pelo Tratado de Fusão (em vigor desde 1 de Julho de 1967), que instituiu uma Comissão e um Conselho únicos para as três Comunidades Europeias então existentes.	Notas	Como órgão executivo da UE, a Comissão põe em prática as decisões tomadas pelo Conselho. Dispõe de amplos poderes na condução das políticas comuns da UE como sejam a investigação e a tecnologia, o auxílio externo, o desenvolvimento regional, etc. A Comissão dispõe de uma administração composta por 36 Direcções Gerais (DG) e serviços, sediados principalmente em Bruxelas e no Luxemburgo.	Usado por	Comissão Europeia	Usado por	União Europeia. Comissão Europeia	Ver também	Ver também sob o cabeçalho antigo: 000000006 Comunidade Europeia. Comissão	Origem	<u>PT</u>	Fonte	<u>Quem é quem na União Europeia? (União Europeia. Comissão)</u>	Fonte	<u>CRI</u>	Nota geral	<u>Optou-se pela supressão do adjectivo "europeia" por este ser um elemento repetitivo do ponto de acesso (Vide RPC, F.C. 2.1., p. 90)</u>	A informação assinalada não é para visualização pública.			
Nº Sistema	000000005																												
Cabeçalho	União Europeia. Comissão																												
Notas	Substitui Comunidade Europeia. Comissão																												
Notas	A Comissão Europeia é fruto da unificação da Alta Autoridade da CECA, da Comissão da CEE e da Comissão do Euratom, estabelecida pelo Tratado de Fusão (em vigor desde 1 de Julho de 1967), que instituiu uma Comissão e um Conselho únicos para as três Comunidades Europeias então existentes.																												
Notas	Como órgão executivo da UE, a Comissão põe em prática as decisões tomadas pelo Conselho. Dispõe de amplos poderes na condução das políticas comuns da UE como sejam a investigação e a tecnologia, o auxílio externo, o desenvolvimento regional, etc. A Comissão dispõe de uma administração composta por 36 Direcções Gerais (DG) e serviços, sediados principalmente em Bruxelas e no Luxemburgo.																												
Usado por	Comissão Europeia																												
Usado por	União Europeia. Comissão Europeia																												
Ver também	Ver também sob o cabeçalho antigo: 000000006 Comunidade Europeia. Comissão																												
Origem	<u>PT</u>																												
Fonte	<u>Quem é quem na União Europeia? (União Europeia. Comissão)</u>																												
Fonte	<u>CRI</u>																												
Nota geral	<u>Optou-se pela supressão do adjectivo "europeia" por este ser um elemento repetitivo do ponto de acesso (Vide RPC, F.C. 2.1., p. 90)</u>																												
<table><tr><th># Docs</th><th>Ref.</th><th>Cabecs.</th></tr><tr><td>1</td><td></td><td>Comissão das Comunidades Europeias</td></tr><tr><td>1</td><td></td><td>Comissão Europeia</td></tr><tr><td>1</td><td></td><td>Comunidade Europeia. Comissão</td></tr><tr><td></td><td></td><td><u>Public Note UNIMARC</u> Substituída por União Europeia. Comissão</td></tr><tr><td>1</td><td></td><td>Comunidade Europeia. Comissão Europeia</td></tr><tr><td>1</td><td></td><td>União Europeia. Comissão</td></tr><tr><td></td><td></td><td><u>Public Note UNIMARC</u> Substitui Comunidade Europeia. Comissão</td></tr><tr><td>1</td><td></td><td>União Europeia. Comissão Europeia</td></tr></table>		# Docs	Ref.	Cabecs.	1		Comissão das Comunidades Europeias	1		Comissão Europeia	1		Comunidade Europeia. Comissão			<u>Public Note UNIMARC</u> Substituída por União Europeia. Comissão	1		Comunidade Europeia. Comissão Europeia	1		União Europeia. Comissão			<u>Public Note UNIMARC</u> Substitui Comunidade Europeia. Comissão	1		União Europeia. Comissão Europeia	A informação assinalada não é para visualização pública.
# Docs	Ref.	Cabecs.																											
1		Comissão das Comunidades Europeias																											
1		Comissão Europeia																											
1		Comunidade Europeia. Comissão																											
		<u>Public Note UNIMARC</u> Substituída por União Europeia. Comissão																											
1		Comunidade Europeia. Comissão Europeia																											
1		União Europeia. Comissão																											
		<u>Public Note UNIMARC</u> Substitui Comunidade Europeia. Comissão																											
1		União Europeia. Comissão Europeia																											